

MANUAL

SEGURANÇA ALIMENTAR E

NUTRICIONAL



Programa de Formação Avançada para ANEs
- Formações Temáticas -

FICHA TÉCNICA

Texto: João N. Pinto (Coimbra, 2013)

João Pinto é Engenheiro Agrónomo com Mestrado em Ciências Sociais (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil) e Pós-Graduação em Direitos Humanos (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal). Tem desenvolvido a sua actividade profissional na área do desenvolvimento rural e segurança alimentar ao nível da assessoria e apoio técnico no âmbito da formulação de políticas públicas e reforço da participação social nessas temáticas. Tem colaborado com Governos, organizações da sociedade civil e organismos internacionais (FAO, PNUD, CE) possuindo experiência de trabalho nos países da CPLP.

Revisão: Ana Teresa Forjaz

Data: Fevereiro 2013

O UE-PAANE - Programa de Apoio Aos Actores Não Estatais “*NôPintcha Pa Dizinvloimentu*” é um programa financiado pela União Europeia no âmbito do 10º FED. Este Programa é implementado através da assistência técnica de uma Unidade de Gestão de Programa gerida pelo consórcio IMVF / CESO CI.

O UE-PAANE, no âmbito do reforço de capacidades dos Actores Não Estatais (ANEs) Guineenses, conta com 2 Programas de Formação: **I. Programa de Formação Inicial para ANEs; II. Programa de Formação Avançada para ANEs**

O presente Manual faz parte do **Programa de Formação Avançada para ANEs**.

ÍNDICE

PARTE I - Compreendendo a Segurança Alimentar e Nutricional	8
O que é a Segurança Alimentar e Nutricional?	9
Quais são as dimensões centrais da segurança alimentar e nutricional?	12
O que é a insegurança alimentar e a vulnerabilidade?	16
O que é o Direito à Alimentação?	21
O que é a Soberania Alimentar?	28
Qual é a relação entre Pobreza e Segurança Alimentar e Nutricional?	31
PARTE II - Segurança Alimentar e Nutricional e Políticas Públicas	33
Qual a importância da segurança alimentar e nutricional para as políticas públicas? ..	34
Qual a importância da participação social nas políticas públicas?	40
Porque é importante o trabalho em rede por parte da sociedade civil?	42
O que é a governança da segurança alimentar e nutricional ?	45
PARTE III – Ferramentas para a Gestão da Segurança Alimentar e Nutricional ao nível das Comunidades	50
Porque é importante realizar diagnósticos locais de segurança alimentar e nutricional?	51
ANEXO 1 - Mapeamento dos Actores.....	56
ANEXO 2 - Mapeamento Social	57
ANEXO 3 - Mapeamento das Acções Públicas e Privadas	58
ANEXO 4 - Análise SWOT	59
ANEXO 5 - Gestão da segurança alimentar e nutricional	60
ANEXO 6 - Questionário sobre a Diversidade da Dieta	62
ANEXO 7 - Escala de Insegurança Alimentar ao nível do Agregado Familiar	64
ANEXO 8 - Diagnóstico Rápido de Segurança Alimentar e Nutricional	65
ANEXO 9 - Ficha de Acção	72
Referências	73

NOTA PRÉVIA

O presente Manual foi elaborado no contexto do UE-PAANE – Programa de Apoio aos Atores Não Estatais “NôPintcha Pa Dizinvimentu”, e pretende constituir uma ferramenta de campo dirigida aos técnicos das organizações não governamentais guineenses da Guiné-Bissau que trabalham no campo da segurança alimentar e nutricional.

Este manual contém alguns conceitos teóricos bem como uma sugestão de ferramentas práticas que devem ser adaptadas a cada contexto local em função das necessidades das comunidades e dos objectivos dos actores da sociedade civil.

PARTE I

Compreendendo a Segurança Alimentar e Nutricional

O QUE É A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL?

“Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, de forma permanente, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida activa e saudável”

In: Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação (FAO, 1996)

A definição apresentada acima é a mais consensual hoje e tem sido veiculada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Olhando com atenção para a definição, verifica-se que a segurança alimentar e nutricional (SAN) contempla diferentes aspectos como sejam o acesso a alimentos suficientes, nutritivos e seguros e que essa condição está relacionada com as questões de saúde e deve respeitar as necessidades e preferências alimentares das pessoas.

Contudo, o entendimento sobre o que é a SAN hoje em dia nem sempre foi o mesmo. O conceito tem sido objecto de disputas e sofreu uma evolução ao longo do tempo. Vejamos os principais aspectos dessa evolução:

➤ Contexto da I Guerra Mundial

Durante este período a expressão “segurança alimentar” era utilizada com um significado estritamente ligado à auto-suficiência alimentar a nível nacional. A alimentação surge assim como questão central no que respeita à capacidade dos países de produzirem os seus próprios alimentos a fim de evitarem crises de abastecimento provocadas por cercos militares ou boicotes políticos.

➤ Década de 1970

Em meados da década de 1970, no contexto de crise alimentar mundial, o foco de atenção recaiu sobre os problemas de abastecimento alimentar para assegurar a disponibilidade e a estabilidade dos preços dos alimentos básicos ao nível internacional e nacional. É importante lembrar que foi nesta altura que os *stocks* mundiais de alimentos começam a diminuir drasticamente devido a quebras acentuadas na produção em vários países – entre os quais a União Soviética, a Índia, a China e a Austrália – o que originou subidas abruptas dos preços de cereais e a consequente crise alimentar à escala global. A FAO organiza em 1974 a sua primeira Cimeira Mundial da Alimentação, da qual resulta um consenso sobre a necessidade de existir uma disponibilidade suficiente de alimentos para alimentar toda a população do globo levando os líderes mundiais a aceitarem, pela primeira vez, a responsabilidade comum de acabar com a fome e com a desnutrição.

➤ **Década de 1980**

Nesta década começa-se a perceber que apenas a disponibilidade alimentar resultante de incrementos na produção agrícola não consegue resolver os problemas da fome. Por essa razão, começa-se a dar mais atenção ao lado da procura, ou seja, à questão do acesso aos alimentos pelos grupos mais vulneráveis. Nesta década, trabalhos desenvolvidos pelo economista indiano Amartya Sen – prémio Nobel da economia de 1998 – influenciaram decisivamente a mudança de pensamento. Amartya Sen apresenta um método alternativo de análise baseado na atribuição de direitos (*entitlements*) de acesso aos alimentos, ou seja, à produção, transformação, comércio e transferência de recursos básicos para os mais pobres e vulneráveis (Sen, 1981).

➤ **Década de 1990**

A partir do início da **década de 1990** acrescentam-se outras perspectivas à abordagem da segurança alimentar, como sejam as componentes de nutrição, saúde, cultura, qualidade e inocuidade. Tais perspectivas surgem pelo fato de se compreender que a disponibilidade e acesso ao alimento, por si só, não são suficientes para garantir uma situação de segurança alimentar. Percebe-se que a composição e variedade da dieta, assim como a qualidade (química, biológica, física) e inocuidade dos alimentos são também determinantes fundamentais.

Com a incorporação das novas perspectivas de saúde e segurança dos alimentos (*food safety*), o foco da abordagem da SAN passa a olhar também para o indivíduo, e não apenas para o contexto nacional ou familiar. Esse foco leva a considerar pelo menos duas questões:

- i) a forma como a alimentação é distribuída dentro do agregado familiar, evitando o acesso desigual aos alimentos pelos diferentes membros da família; e
- ii) a utilização biológica dos alimentos por parte dos indivíduos, levando em consideração a forma como os alimentos são assimilados pelo organismo e transformados em energia necessária para satisfazer as necessidades dietéticas mínimas (HODDINOTT, 1999).

IMPORTANTE !!

- A abordagem da SAN evoluiu consideravelmente ao longo do tempo, sobretudo a partir dos anos setenta. Nas primeiras formulações o foco encontrava-se apenas na disponibilidade como forma de garantir a oferta de alimentos básicos a nível internacional e nacional.

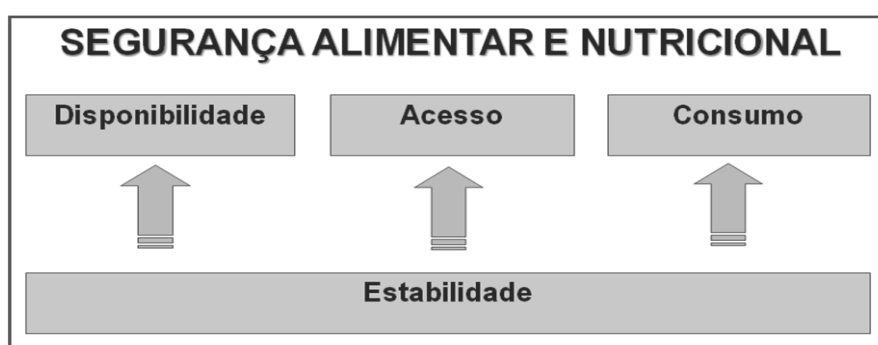
- Depois, outras dimensões foram sendo incorporadas, tais como o acesso aos alimentos, a utilização biológica dos alimentos, questões de saúde dos indivíduos, a educação alimentar e a inocuidade dos alimentos, a sustentabilidade e a estabilidade da produção e as preferências alimentares relacionadas com questões culturais ou religiosas.

- Foram ainda incorporados vários níveis de análise (internacional, nacional, familiar, individual) e consumou-se a sua relação directa com a satisfação de outras necessidades básicas e com as escolhas e preferências dos indivíduos num quadro de garantia da segurança humana e dos direitos fundamentais (Direito à Alimentação e outros direitos correlatos).

QUAIS SÃO AS DIMENSÕES FUNDAMENTAIS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL?

Como vimos anteriormente, a segurança alimentar e nutricional (SAN) contempla diferentes dimensões. É muito importante que perceber o que significam essas dimensões, pois todas elas têm de ser atendidas em simultâneo para se alcançar uma situação de “segurança” por parte das famílias com relação à alimentação, nutrição e alimentos. O esquema seguinte sistematiza essas dimensões:

Esquema 1 – Dimensões principais da Segurança Alimentar e Nutricional



Fonte: Elaboração própria.

DISPONIBILIDADE

Refere-se à existência de uma quantidade suficiente de alimentos, de qualidade adequada, para atender às necessidades de consumo da população e que é fornecida através da produção doméstica ou da importação (incluindo a ajuda alimentar). Para estimar a disponibilidade é necessário levar em conta as perdas pós-colheita e as exportações de alimentos.

Como referimos anteriormente, a dimensão da **disponibilidade de alimentos** é fundamental pois dela depende a existência de alimentos num dado lugar (comunidade, país, região).

A produção de alimentos, quer seja pela via da agricultura, pesca, pecuária ou floresta, é a fonte da alimentação. Nesta dimensão é também importante olhar para a questão da distribuição de alimentos. Isto é importante, pois mesmo que exista uma quantidade de alimentos suficiente no país (via produção nacional ou importações) é preciso salvaguardar que esses alimentos cheguem a todos, particularmente através dos mercados locais.

ACESSO

Refere-se à capacidade dos indivíduos para adquirir alimentos (em quantidade e qualidade) a uma dieta nutritiva por meio de recursos adequados. A incapacidade de acesso aos alimentos pode ser de ordem *económica*, quando as pessoas não conseguem produzir os seus próprios alimentos nem comprá-los no mercado (por falta de rendimentos), ou de ordem *física*, quando, simplesmente, não existem alimentos disponíveis onde são necessários para consumo;

Por outro lado, vimos também que a mera existência de alimentos não é suficiente para garantir uma situação de SAN. Isso acontece porque para além da própria existência e disponibilidade de alimentos, é igualmente necessário que as pessoas consigam ter **acesso** a eles. As pessoas podem ter acesso aos alimentos de várias formas:

- i) produzindo-os, isto é, desenvolvendo uma agricultura ou pesca de subsistência;
- ii) comprando-os nos mercados locais (se as famílias não poderem produzir os seus alimentos, por exemplo, porque não têm acesso à terra e a outros recursos);
- iii) adquirindo-os através de doações, por exemplo, através da ajuda alimentar ou das redes sociais e familiares.

Quer isto dizer que mesmo que haja *disponibilidade* de alimentos nos “mercados”, de nada servirá se as pessoas não tiverem dinheiro para comprá-los, ou não disponham de redes de protecção que lhes garantam esse acesso. É por isso que o rendimento e o poder de compra das populações são factores muito importantes para garantir o acesso aos alimentos.

Mas para além desta questão económica sublinhe-se que existe também uma questão de ordem física que garante esse acesso aos alimentos. Quer isto dizer que os alimentos têm de estar disponíveis realmente onde são necessários evitando-se desequilíbrios na distribuição. Para isso é preciso ter infra-estruturas de transporte e armazenamento adequadas, sistemas de mercados que funcione, redes de comunicação viáveis, etc.

CONSUMO E UTILIZAÇÃO

Refere-se ao cumprimento dos requisitos nutricionais mínimos. Diz respeito à utilização dos alimentos através de uma dieta adequada, água potável, saneamento e cuidados de saúde para atingir um estado de bem-estar nutricional em que todas as necessidades fisiológicas são satisfeitas.

A dimensão de **consumo e utilização** está relacionada com o acto de alimentação em si mesmo. O aspecto do **consumo** liga-se com os hábitos alimentares das pessoas, incluindo o processo de escolha e preparação dos alimentos, sua distribuição no interior do agregado familiar, etc.

As dietas alimentares devem ser variadas e equilibradas para que todos os nutrientes (proteínas, vitaminas, hidratos de carbono, gorduras, sais minerais, água) estejam presentes

na alimentação em quantidades adequadas. Para além da quantidade, os alimentos devem ser de qualidade (física, química e biológica) e seguros em termos de sanidade (inocuidade) para evitar riscos de contaminação de doenças pela alimentação.

O consumo de alimentos deve também levar em conta as *preferências alimentares* de forma a salvaguardar as características culturais de cada povo em termos de costumes, tradições ou credos religiosos que se manifestam no consumo de alimentos.

A **utilização** dos alimentos está também relacionada com a questão biológica, ou seja, com a forma como o nosso organismo ingere, absorve e utiliza os nutrientes e os converte em energia, assim como com o estado de saúde que apresentamos. Por exemplo, as pessoas com malária, cólera, HIV-Sida ou outras doenças estão num estado de saúde debilitado e por isso o seu organismo não possui a mesma capacidade de absorção dos nutrientes. A situação das crianças com parasitoses é um grave problema que afecta a correcta absorção dos alimentos.

ESTABILIDADE

Refere-se ao acesso permanente a uma alimentação adequada e às condições que diminuem o risco de insegurança alimentar e nutricional. Atinge-se mantendo mínima a probabilidade de queda do consumo por deficiência de abastecimento devido a variações na oferta.

Para que a condição de SAN seja mantida de forma contínua (permanente) é necessário salvaguardar a dimensão da **estabilidade**. Esta dimensão diz respeito, pelo menos, a três aspectos fundamentais:

- i) estabilidade em termos dos alimentos disponíveis (nos mercados, sazonalidade da agricultura, catástrofes climáticas, etc.);
- ii) estabilidade no acesso aos alimentos (garantia de poder de compra, garantia de emprego, garantia de condições de logísticas, etc.).
- iii) estabilidade nas condições de saúde dos indivíduos e condições do meio (bem-estar físico e fisiológico; acesso a água e recursos naturais, condições de habitação, saneamento, entre outros).

O processo de produção de alimentos deve também salvaguardar a dimensão de **sustentabilidade** da SAN. Por exemplo, o rápido crescimento da produção agrícola nas últimas décadas teve elevados custos ambientais; a intensificação e sobre-exploração da terra e dos recursos aquíferos e pesqueiros aumentaram os problemas de salinização e erosão do solo, poluição, resistência a pesticidas e perda da biodiversidade; a utilização de

Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) na agricultura com o objectivo de incrementar a produção agrícola tem sido objecto de inúmeras controvérsias; as alterações climáticas receberam atenção nas discussões agrícolas e de política comercial em anos recentes; *etc.*

IMPORTANTE !!

Para que se verifique uma situação de segurança alimentar e nutricional, todas as dimensões referidas têm de estar presentes em simultâneo, pois estas encontram-se intrinsecamente relacionadas (ex: mesmo que haja disponibilidade de alimentos nos “mercados”, de nada valerá se as pessoas não tiverem recursos para os comprar, e vice-versa).

O QUE É A INSEGURANÇA ALIMENTAR E A VULNERABILIDADE?

A **insegurança alimentar e nutricional** pode ser descrita como uma situação em que uma pessoa ou população não tem acesso seguro a uma quantidade suficiente de alimentos para ter um crescimento e desenvolvimento normais para levar uma vida activa e saudável.

De acordo com o período de tempo que consideramos, podemos ter uma situação de **insegurança alimentar crónica** (quando ocorre de forma continuada no tempo em decorrência de situações de extrema pobreza e completa incapacidade de acesso aos alimentos), ou **insegurança alimentar aguda** – ou transitória – (quando ocorre por um curto período de tempo em decorrência, por exemplo, de adversidades climáticas como secas e inundações ou de outros problemas sociais, políticos ou económicos como conflitos, guerras, etc.).

A **vulnerabilidade** pode ser definida como o resultado negativo da insegurança alimentar, ou seja, refere-se à propensão das pessoas para cair ou ficar abaixo do limiar da SAN durante um determinado período de tempo.

Quando as pessoas têm dificuldade em ter acesso a uma quantidade de alimentos saudáveis e nutritivos ficam mais vulneráveis a problemas de saúde e entram numa situação de insegurança alimentar. A vulnerabilidade é o resultado de um acumular de determinadas situações ao longo do tempo. Assim, se determinado grupo vive em situações de risco, torna-se mais propício a entrar numa situação de insegurança alimentar e nutricional. Existem vários tipos de riscos com implicações nas várias dimensões da SAN:

Quadro 1 - Exemplos dos principais riscos e seus impactos potenciais na SAN

Tipos de Riscos	Disponibilidade	Acesso	Utilização
Supra-macro (global, regional)			
Riscos Económicos <i>Crise financeira, choques relacionados com o comércio</i>	Capacidade reduzida de importação; Alterações nos incentivos à produção	Rendimentos e riqueza reduzida; Crescimento económico reduzido	Despesas públicas na saúde em declínio
Riscos naturais <i>Alterações climáticas globais</i>	Produtividade de terras cultivadas em queda	Aumento da variabilidade dos rendimentos; Aumento da pressão sobre os recursos para adaptação a meios de subsistência	Aumento de doenças relacionadas com a água
Macro (nacional)			
Riscos políticos <i>Conflitos civis, guerra</i>	Menor produção; Aumento dos custos de transacção; Ruptura no sistema	Poder de compra reduzido (preço, rendimentos)	Ruptura do sistema de saúde

	de apoio à agricultura		
Riscos económicos <i>Colapso no crescimento, crise fiscal ou monetária</i>	Esgotamento do stock de alimentos; Capacidade reduzida de importação; Alterações nos incentivos à produção; Despesas públicas de apoio à produção agrícola e ao desenvolvimento rural em declínio	Diminuição do poder de compra (preço, rendimentos); Diminuição da riqueza	Ruptura do sistema de saúde
Riscos naturais <i>Terramotos, cheias, seca, desertificação</i>	Menor produção; Redução da propriedade de gado; Pressão sobre stocks de alimentos	Rendimentos reduzidos (agrícolas, não agrícolas); Diminuição da riqueza; Crescimento económico reduzido	Diminuição do acesso a água potável limpa; Aumento de doenças relacionadas com a água
Meso (comunidade)			
Riscos políticos <i>Conflitos civis, guerra</i>	Menor produção; Aumento dos custos de transacção; Ruptura no sistema de apoio à agricultura		Ruptura do sistema de saúde
Riscos naturais <i>Deslizamentos de terra, chuvas, ventos fortes, ataques de pragas, doenças do gado</i>	Menor produção; Aumento da pressão sobre os recursos naturais; Aumento das flutuações anuais e da discrepância regional	Rendimentos reduzidos (agrícolas, pecuários); Diminuição do poder de compra	Diminuição do acesso a água potável limpa; Aumento de doenças relacionadas com a água
Riscos ambientais <i>Desflorestação, diminuição da fertilidade do solo</i>	Aumento dos custos de produção	Diminuição da riqueza (gado)	
Riscos para a saúde <i>Epidemias, HIV/SIDA, falta de água e saneamento</i>	Menor produção de alimentos	Perda de dias de trabalho (rendimentos reduzidos); Aumento das despesas não alimentares	Absorção reduzida de macro e micronutrientes; Exaustão dos sistemas de saúde levando a menos tratamentos
Riscos sociais <i>Discriminação no acesso aos recursos comuns, exclusão social, perda de entidade patronal</i>	Menor criação de gado	Oportunidades reduzidas de diversificação de rendimentos; Exclusão de seguros informais	
Micro (agregado familiar)			
Riscos para a saúde <i>Doenças, deficiências,</i>	Menor produção própria	Rendimentos reduzidos; Aumento	

<i>ferimentos</i>		dos custos de saúde; Aumento do endividamento	
Riscos relacionados com o ciclo de vida <i>Velhice, morte</i>	Menor produção própria	Rendimentos reduzidos; Aumento dos custos de saúde; Aumento das despesas não alimentares; Diminuição da propriedade de bens; Aumento do endividamento	
Riscos sociais <i>Distribuição desigual de alimentos dentro do agregado familiar</i>		Acesso discriminatório a alimentos por determinados membros do agregado familiar (mulheres e crianças)	
Riscos económicos <i>Desemprego, falhas de colheitas</i>	Menor produção própria	Rendimentos adquiridos reduzidos; Diminuição da propriedade de bens; Aumento do endividamento	

Fonte: Adaptado de Lovendal e Knowles (2005)

As **principais causas** da insegurança alimentar e nutricional são as seguintes:

- **Falta de acesso e disponibilidade aos alimentos** (devido ao baixo rendimento familiar mas também indisponibilidade de alimentos nos mercados, debilidades no sistema de aprovisionamento e comércio ou redes de transporte, etc.);
- **Dificuldade de acesso a recursos** (terra, água, sementes, insumos agrícolas, crédito, tecnologias, etc.);
- **Debilidade do estado de saúde dos indivíduos** (particularmente HIV/Sida, malária, tuberculose, diarreias, etc.);
- **Deficiência ou inexistência de serviços básicos** (saneamento, abastecimento de água potável, más condições de habitação e higiene nas casas, etc.)
- **Problemas macroeconómicos e sociais** (Bloqueios comerciais, desarticulação dos sectores da agricultura, comércio, transportes, desemprego, instabilidade social, etc.);
- **Calamidades naturais e conflitos** (cheias, secas, terramotos, ou outras, mas também guerras e conflitos);

Os **grupos vulneráveis** variam consoante o país ou região, embora seja comum encontrar estes problemas entre a **população de baixo rendimento** (particularmente agricultores pobres e população rural), **mulheres** (sobretudo em período de gestação ou lactação), **crianças** (sendo a faixa etária mais problemática até aos cinco anos de idade), **idosos** e outros grupos populacionais (populações tradicionais, minorias étnicas). No quadro seguinte resumem-se os principais grupos vulneráveis nos países da CPLP.

Quadro 2 – Principais grupos vulneráveis nos países da CPLP

País	Grupos Vulneráveis
Angola	Deslocados internos; Retornados; Outros grupos sociais vulneráveis que incluem idosos, mulheres , órfãos e viúvas, minorias étnicas, agricultores de baixa renda, crianças e incapacitados (inválidos de guerra).
Brasil	Desempregados, trabalhadores rurais , crianças, grupos populacionais específicos (quilombolas, ribeirinhos).
Cabo Verde	Crianças, pequenos produtores, Famílias chefiadas por mulheres.
Guiné-Bissau	Crianças, mulheres grávidas , pequenos agricultores , famílias chefiadas por mulheres.
Moçambique	Crianças, órfãos, mulheres, idosos , viúvas. Agregados familiares de baixa renda, ou agricultores com baixas produtividades agrícolas. Vítimas de desastres naturais .
Timor Leste	Crianças, mulheres, viúvas, idosos, órfãos, vítimas de desastres naturais.
São Tomé e Príncipe	Crianças, idosos, mulheres, pequenos agricultores e pescadores .
Portugal	Desempregados , trabalhadores precários, idosos.

Fonte: Diagnóstico ESAN-CPLP (2011)

IMPORTANTE !!

Os grupos vulneráveis variam consoante o país ou região. É fundamental identificar quem são e onde estão estes grupos para melhor direccionar as acções de intervenção, tanto no quadro das políticas públicas como dos projectos da sociedade civil.

Quadro 3 - Exemplos de instrumentos para a gestão de riscos relacionados com as dimensões da SAN

	Disponibilidade	Acesso	Utilização
Eixo 1	Melhorar a segurança alimentar a longo-prazo		
Prevenção	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir um macro-ambiente estável; - Promover o comércio; - Desenvolver infra-estruturas de mercado e de armazenamento; - Melhorar mercados de input e output; - Melhorar a gestão de recursos naturais; - Aumentar a produtividade e a capacidade de produção; - Melhorar a produção sustentável e diversificada; - Reduzir a variabilidade da produção; - Melhorar a pesquisa agrícola; - Aumentar o investimento na agricultura; 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a produtividade de actividades geradoras de rendimento; - Promover o desenvolvimento rural e as ligações entre o mundo rural e o não rural; - Capacitar mulheres e outros grupos marginalizados; - Promover e proteger as necessidades das crianças; - Promover o acesso à educação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover práticas preventivas de saúde; - Fazer cumprir regulamentações e instituições de segurança dos alimentos; - Aumentar a vacinação; - Fornecer ou melhorar infra-estruturas de água e saneamento;
Mitigação	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar serviços de extensão agrícola; - Facilitar a diversificação; - Estabilizar stocks; 	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificar os meios de subsistência; - Promover seguros e poupanças; 	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar serviços de saúde;
Eixo 2	Abordar as necessidades imediatas de alimentos		
Gestão	<ul style="list-style-type: none"> - Facilitar o funcionamento de mercados (transportes, informação); - Fornecer ajuda alimentar - Permitir importações de alimentos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Fornecer redes de segurança dos alimentos, incluindo transferências de dinheiro, subsídios de alimentação, programas de trabalho; - Incentivar migrações; - Nivelar o consumo - Disponibilizar crédito formal ou informal; - Fornecer alimentos nas escolas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Controlar doenças; - Disponibilizar vacinação; - Melhorar a água e o saneamento;

Fonte: Adaptado de Lovendal e Knowles (2005)

O QUE É O DIREITO À ALIMENTAÇÃO?

A alimentação é uma condição essencial para a vida. Sem comer não podemos viver. Por essa razão a alimentação constitui um direito humano e está previsto na **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (Artigo 25º).

“Toda a pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como à sua família, saúde e bem-estar, especialmente alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e os serviços sociais necessários [...]”

Artigo 25º da DUDH (1948)

O direito à alimentação encontra-se também protegido internacionalmente no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC, 1966) e em várias outras disposições sobre os direitos humanos a nível internacional e regional.

No PIDESC, a alimentação vem reconhecida como direito humano no Artigo 11º da seguinte forma:

“1. Os Estados Partes no presente Pacto reconhecem o direito de qualquer pessoa a um nível de vida adequado para si e a sua família, inclusive alimentação, vestuário e habitação adequados, e a uma melhoria contínua das condições de existência. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a efectividade deste direito, reconhecendo para esse efeito a importância essencial da cooperação internacional fundamentada no livre consentimento.

2. Os Estados Partes no presente Pacto, reconhecendo o direito fundamental de qualquer pessoa a estar protegida contra a fome, adoptarão, individualmente e mediante a cooperação internacional, as medidas, incluídos os programas concretos, necessárias para:

a) melhorar os métodos de produção, conservação e distribuição de alimentos mediante a plena utilização dos conhecimentos técnicos e científicos, a divulgação de princípios sobre nutrição e o aperfeiçoamento ou a reforma dos regimes agrários de forma a alcançar uma exploração e utilização mais eficazes das riquezas naturais;

b) assegurar uma distribuição equitativa dos alimentos mundiais em relação às necessidades, tendo em conta os problemas existentes tanto nos países que importam produtos alimentícios como nos que os exportam.”

A supervisão da protecção destes direitos cabe ao Comité de Direitos Económicos, Sociais e Culturais (CDESC) da ONU através de relatórios apresentados pelos Estados nacionais. Contudo, também as organizações da sociedade civil podem apresentar os seus próprios relatórios a esse comité sempre que acharem conveniente.

Em 1999 o Comité de Direitos Económicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas emite o **Comentário Geral Nº 12** explicitando de forma detalhada a definição e o conteúdo normativo deste direito definindo-o da seguinte forma:

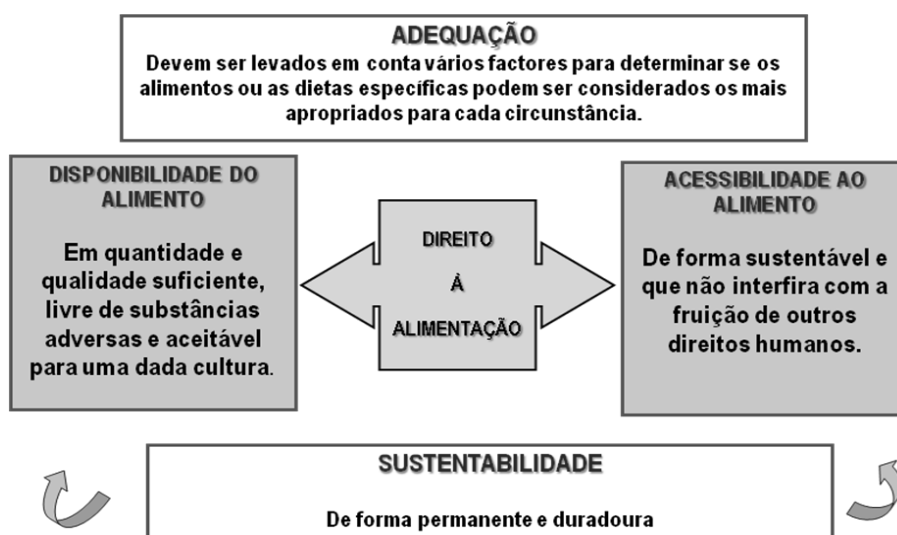
“O direito à alimentação adequada realiza-se quando todo homem, mulher e criança, sozinho ou em comunidade com outros, tem acesso físico e económico, ininterruptamente, a uma alimentação adequada ou aos meios necessários para sua obtenção”

Comentário Geral Nº 12 (1999)

O significado de **adequação** presente nessa definição diz-nos que devem ser levados em conta vários fatores para determinar se os alimentos ou as dietas específicas podem ser considerados os mais apropriados para cada circunstância. Por exemplo, saber se os alimentos são seguros (livres de contaminação), têm qualidade nutritiva, oferecem uma dieta diversificada, são obtidos através de práticas produtivas sustentáveis, respeitam a diversidade cultural e religiosa, etc. É por isso que esse Comentário Nº 12 alerta para a importância de não interpretar o direito à alimentação em sentido estrito, ou seja, apenas como “um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos”.

O significado de **sustentabilidade** alerta para dois requisitos fundamentais de longo prazo: o primeiro é a disponibilidade dos alimentos, que deve ser em quantidade e qualidade suficiente para satisfazer as necessidades dietéticas das pessoas, livre de substâncias adversas e aceitável para uma dada cultura; o segundo é o acesso aos alimentos, que deve ser sustentável e sem interferir com a fruição de outros direitos humanos.

No fundo, o conteúdo normativo do Direito à Alimentação é bastante próximo do conceito de segurança alimentar e nutricional que vimos anteriormente, mas inclui o direito a estar livre de fome e o direito a uma alimentação adequada.



Fonte: Elaboração própria.

No primeiro caso sublinha-se a relação da alimentação enquanto necessidade básica à vida, sendo considerada pré-requisito para a realização de outros direitos humanos. No segundo caso sublinha-se a necessidade de uma alimentação adequada, a qual é determinada por questões sociais, económicas, culturais, ecológicas e se relaciona também com resultados obtidos noutros campos (educação, saúde, saneamento, habitação, trabalho, etc.).

IMPORTANTE !!

A realização plena do direito a uma alimentação adequada é condição fundamental para alcançar a situação de segurança alimentar e nutricional para todos. O Direito à Alimentação inclui o direito a estar livre da fome e o direito a uma alimentação adequada.

Os milhões de pessoas existentes em todo o mundo que morrem de fome ou vivem em condições de vulnerabilidade e insegurança alimentar e nutricional representam o fracasso da comunidade internacional e dos países em garantir o direito a estar livre da fome e o direito à alimentação adequada. Esta situação representa, sem dúvida, uma das falhas mais graves da agenda de direitos humanos. A realização progressiva do direito à alimentação é um dever do Estado e de todos os quadrantes da sociedade.

De acordo com a legislação internacional os indivíduos são os titulares dos direitos humanos e os Estados são portadores de obrigações. No que se refere aos direitos económicos, sociais e culturais, o PIDESC especifica os tipos de obrigações por parte dos Estados (especialmente nos Artigos 2º e 11º), os quais são detalhados no Comentário Geral Nº 3 emitido em 1990 pelo Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, conforme se resume em seguida.

Algumas medidas são de natureza imediata, enquanto outras são de mais longo prazo sendo alcançadas de forma progressiva:

- **Obrigação de adoptar medidas com o máximo dos recursos disponíveis:** Os Estados são instados a adoptar todas as medidas disponíveis (por exemplo, legislação, políticas públicas, medidas administrativas, econ micas, sociais, etc.) para garantir o direito   alimentação. Dado que os Estados podem não ter os recursos necessários para tal no imediato, considera-se que o podem fazer de forma “progressiva”. Quando tal acontece o Estado deve procurar ajuda internacional o mais rápido possível.
- **Obrigação de assegurar o direito a estar livre da fome:** Esta obrigação não está sujeita à realização progressiva e por isso tem de ser realizada de forma imediata. Isso significa que os Estados devem alocar recursos e adoptar medidas para assegurar a sobrevivência da população e evitar que morram de fome.
- **Obrigação de não discriminação:** Significa que os Estados têm a obrigação de garantir o direito   alimentação sem fazer qualquer discriminação.
- **Obrigação de cooperar internacionalmente:**   obrigação dos Estados adoptar medidas de cooperação e assistência internacional (técnica, financeira, outras) a outros países como forma de garantir o direito   alimentação. Essa assistência deve ser coerente com os direitos humanos.

De forma mais específica, o Comentário Geral N  12 atribui três tipos de obrigações aos Estados no que se refere à garantia do direito   alimentação:

- **Obrigação de Respeitar:** significa que os Estados não podem adotar nenhuma medida que resulte na privação do acesso aos alimentos por parte da população. Isso significa, por exemplo, estar atento não apenas   questão alimentar – uma vez que existem políticas ou ações de outros sectores que podem incapacitar o acesso aos alimentos – mas também a políticas econ micas que gerem desemprego,   construção de infra-estruturas que levem   deslocação de populações, impedimento de acesso à terra, entre outras.
- **Obrigação de proteger:** significa que os Estados têm que adotar medidas de protecção para que outros Estados, empresas ou indivíduos não violem esse direito privando a população de acesso a alimentos. Por exemplo, promovendo legislação e

regulamentação adequada de produção, distribuição e comercialização de alimentos, criando instituições reguladoras dos vários sectores, etc.

- **Obrigação de Satisfazer:** significa, por um lado, que os Estados devem envolver-se de forma proativa (*facilitar*) na definição de políticas públicas para garantir o direito à alimentação assegurando que a população tem acesso a recursos e a meios de subsistência adequados e, por outro lado, significa que os Estados têm a obrigação de garantir (*prover*) o direito à alimentação sempre que um indivíduo ou grupo esteja impossibilitado de usufruir desse direito com seus recursos próprios.

Quando um Estado não cumpre as suas obrigações relativamente ao direito à alimentação (ou a qualquer outro direito humano) configura-se uma situação de violação.

A ratificação dos tratados internacionais de direitos humanos e o reconhecimento constitucional desses direitos é um passo fundamental e primordial para efectivar a sua realização em cada contexto nacional. Contudo, tal não é suficiente, pois é necessário traduzir o reconhecimento formal e jurídico desse direito na prática.

As **Directrizes Voluntárias do Direito à Alimentação** constituem uma ferramenta prática baseada nos direitos humanos e dirigem-se a todos os Estados – quer tenham ou não assinado e ratificado o PIDESC – para apoiar a implementação efectiva do direito à alimentação.

As directrizes foram então aprovadas em 2004 pelos Estados membros da FAO e têm como objectivo de proporcionar uma orientação prática aos Estados relativamente aos seus esforços para realizar progressivamente o direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional visando alcançar os objectivos do Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação (Roma, 1996).

Box 5 - Directrizes Voluntárias da FAO

Directriz 1	Democracia, boa gestão pública, direitos humanos e o Estado de Direito
Directriz 2	Políticas de Desenvolvimento Económico
Directriz 3	Estratégias
Directriz 4	Sistemas de mercado
Directriz 5	Instituições
Directriz 6	Partes interessadas
Directriz 7	Marco jurídico
Directriz 8	Acesso aos recursos e bens
Directriz 9	Segurança dos alimentos e protecção do consumidor
Directriz 10	Nutrição
Directriz 11	Educação e consciencialização

Directriz 12	Recursos financeiros nacionais
Directriz 13	Apoio aos grupos vulneráveis
Directriz 14	Redes de protecção
Directriz 15	Ajuda alimentar internacional
Directriz 16	Catástrofes naturais e provocadas pelo homem
Directriz 17	Monitorização, indicadores e marcos de referência
Directriz 18	Instituições nacionais e direitos humanos
Directriz 19	Dimensão internacional

As directrizes complementam o quadro normativo e jurídico do direito à alimentação fornecendo opções de políticas concretas em termos de marcos legais, institucionais e de políticas públicas – tanto em termos nacionais como internacionais – para a promoção da SAN e realização do direito à alimentação. As directrizes são também uma ferramenta importante para a realização de acções de sensibilização, advocacia e monitoramento por parte da sociedade civil.

Quadro 4 - Principais actores e seus papeis com relação à SAN e Direito à Alimentação

Tipo de Actor	Principais Intervenientes	Principais Papeis
Estado e Instituições Públicas	<ul style="list-style-type: none"> - Legisladores (Assembleias Nacionais, Parlamentos); - Decisores políticos (Ministérios, Administração Pública); - Advogados e Juizes; 	<ul style="list-style-type: none"> - Ratificar os tratados e transpô-los para a legislação nacional; - Formular e implementar políticas públicas de forma coordenada com relação à alimentação e nutrição; - Alocar recursos públicos através do orçamento nacional; - Estabelecer mecanismos de exigibilidade e justiciabilidade;
Sociedade Civil	<ul style="list-style-type: none"> - ONGs; - Redes da sociedade civil; - Movimentos sociais; - Organizações e associações de base comunitária; 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar campanhas e acções de lobby e advocacia; - Realizar acções de sensibilização e informação; - Participar no diálogo político (incluindo formulação, implementação e avaliação das políticas); - Realizar diagnósticos sobre segurança alimentar e nutricional e direito à alimentação;
Organizações Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Doadores e instituições de financiamento; - Agências de cooperação e desenvolvimento; - Nações Unidas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Providenciar assistência técnica e financeira; - Apoiar processos nacionais de construção de capacidades; - Promover e participar no diálogo político a nível nacional e internacional;

Fonte: Adaptado de IEH (2012)

IMPORTANTE !!

- As directrizes contêm um conjunto de referências para apoiar os esforços dos países a alcançar a realização progressiva do direito humano à alimentação adequada.
- Não estabelecem obrigações que vinculam juridicamente os Estados, mas são um instrumento prático que se baseia nos direitos humanos para ajudar a realizar o direito à alimentação em cada país.
- O seu seguimento e adopção pelos países devem ser levados em conta ao nível da elaboração das estratégias, políticas, leis e projectos no campo da segurança alimentar e nutricional.

O QUE É A SOBERANIA ALIMENTAR?

A discussão da soberania alimentar surgiu a debate público em meados dos anos 1990 como opção para as políticas neoliberais existentes, as quais são consideradas por muitas organizações da sociedade civil uma das causas principais do empobrecimento rural.

A definição de políticas alimentares soberanas e condizentes com o direito à alimentação deve estar a cargo dos Estados nacionais. É nesse sentido que ao falar de Soberania Alimentar muitas organizações têm apelado à exclusão dos alimentos e da agricultura dos acordos comerciais estabelecidos no âmbito da Organização Mundial do Comércio, além de outros acordos regionais e bilaterais.

Quando se realizou a CMA em Roma em 1996 a sociedade civil organizou um fórum paralelo com a presença de 1200 organizações provenientes de 80 países e discutiu a necessidade de implementar um modelo alternativo capaz de assegurar a segurança alimentar para todos. Dessa discussão resultaram 6 elementos-chave para reverter o quadro da fome e da pobreza:

Resumo dos elementos-chave para atingir a segurança alimentar:

1. As capacidades das famílias rurais, incluindo as populações indígenas, mulheres e jovens, devem ser reforçadas, juntamente com os sistemas alimentares locais e regionais.
2. A concentração da riqueza e do poder deve ser revertida e devem ser tomadas iniciativas para prevenir mais concentração, em particular a Reforma Agrária e a não consideração dos recursos genéticos como um assunto de Propriedade Intelectual.
3. A agricultura e os sistemas de produção de alimentos que se baseiam nos recursos não renováveis e que afectam negativamente o meio ambiente devem ser alterados em direcção a um modelo baseado nos princípios da agroecologia.
4. Os governos nacionais e locais e os Estados têm a responsabilidade primeira de garantir a segurança alimentar. A sua capacidade para cumprir esse papel deve ser reforçada e devem ser fomentados mecanismos que assegurem a *accountability*.
5. A participação das organizações sociais e ONGs a todos os níveis deve ser reforçada e aprofundada.
6. A lei internacional deve garantir o Direito à Alimentação, assegurando que a Soberania Alimentar seja considerada primeiro do que as políticas macro económicas e do que a liberalização do comércio. Os alimentos não podem ser considerados *commodities* devido à sua dimensão social e cultural.

Fonte: Declaração do Fórum de ONGs pela Segurança Alimentar à CMA, Roma, 1996.

Hoje, a definição de Soberania Alimentar mais conhecida é aquela que foi definida no Fórum Mundial pela Soberania Alimentar realizado no Mali em 2007 da seguinte forma:

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, por cima das exigências dos mercados e das empresas.

In: Declaração de Nyélény, Mali, 2007

Quadro 5 - Argumentos do Modelo da Soberania Alimentar em relação ao Modelo Neoliberal

Tema	Modelo Dominante (Neoliberal)	Modelo da Soberania Alimentar
Comércio	Livre Comércio	Alimentos e Agricultura fora dos Acordos Comerciais
Prioridade produtiva	Exportação	Mercados Locais
Preço dos produtos agrícolas	“Lei do Mercado” (não mexer nos mecanismos que impõem preços baixos)	Preços justos que cubram os preços de produção e permitam aos agricultores uma vida digna
Acesso a mercados	Acesso a mercados externos	Acesso a mercados locais; fim do deslocamento dos agricultores dos seus próprios mercados devido à indústria agropecuária
Subsídios	Enquanto se proíbem no Terceiro Mundo, são permitidos nos EUA e UE (mas apenas aos grandes agricultores)	Os subsídios que não prejudiquem outros países (através do <i>dumping</i>) são aceitáveis. p. ex.: garantir que sejam apenas para agricultores familiares, para comercialização directa, apoio de preços, conservação do solo, agricultura sustentável, investigação, etc.
Alimentos	Uma mercadoria	Um Direito Humano
Produzir	Uma opção para os mais eficientes	Um direito dos povos rurais
Fome	Fruto da baixa produtividade	Um problema de acesso e distribuição; Fruto da pobreza e desigualdade
Segurança Alimentar	Consegue-se importando alimentos de onde sejam mais baratos	Aumenta quando a produção de alimentos está nas mãos dos pobres e quando os alimentos se produzem localmente
Controle sobre os recursos produtivos (Terra, Água, etc.)	Privado	Local; Controlado pela comunidade
Acesso a terra	Através dos mercados	Através da Reforma Agrária
Sementes	Uma mercadoria alvo de patentes	Uma herança comum dos povos ao serviço da humanidade

Crédito e investimentos rurais	Do sector privado	Do sector público, dirigidos à Agricultura Familiar
Dumping	Não é um problema	Deve proibir-se
Monopólio	Não é um problema	A raiz da maior parte dos problemas. Os monopólios devem ser proibidos
Sobreprodução	Não existe, por definição	Conduz à queda dos preços e leva os agricultores à pobreza. São necessárias políticas de manejo da oferta nos EUA e UE
Organismos Geneticamente Modificados (OGMs)	São o futuro	Perigosos para a saúde e Meio Ambiente. Uma tecnologia desnecessária. Devem ser proibidos.
Tecnologia agropecuária	Industrial; monocultura; agrotóxicos; OGMs	Métodos agroecológicos e sustentáveis. Não usa OGMs.
Agricultores	Anacronismos; O ineficiente irá desaparecer	Guardiões da biodiversidade; administradores de recursos naturais; Depositários de conhecimento.

Fonte: Adaptado de Rosset (2003).

IMPORTANTE !!

Em suma, olhando para as definições apresentadas podemos extrair os seguintes pontos principais na perspectiva da soberania alimentar: direito a definir políticas alimentares de forma soberana; prioridade à produção e comércio locais através de formas agroecológicas e mais “justas”; alimentos e agricultura fora dos acordos comerciais; acesso e controle sobre recursos por parte dos agricultores; participação e controle popular nas políticas públicas.

QUAL É A RELAÇÃO ENTRE POBREZA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL?

A pobreza é tanto uma causa como uma consequência da insegurança alimentar e nutricional. As pessoas pobres têm dificuldade de acesso a recursos como terra, água, sementes, saneamento básico, serviços de saúde, educação, crédito ou mesmo acesso a mercados onde se possam comprar e vender os alimentos.

Essa **falta de acesso a recursos** leva as populações a entrar num **círculo vicioso** do qual não conseguem sair, pois não lhes são dadas as oportunidades para subsistirem pelos seus próprios meios. A maior causa desta situação são os problemas estruturais que afectam as sociedades e as economias dos países, pelo que se justifica discutir e implementar políticas públicas que enfrentem o problema e sejam condizentes com a melhoria das condições de vida de toda a população. Contudo, é também importante perceber qual a abordagem da pobreza que utilizamos na definição das políticas públicas.

POBREZA VISTA COMO INSUFICIÊNCIA DE RENDIMENTO

“São pobres aquelas pessoas que não têm dinheiro”

A abordagem mais comum baseia-se em converter para termos monetários o custo do atendimento das necessidades médias de uma pessoa num determinado contexto. A definição das linhas de pobreza (por exemplo, limiar nacional de pobreza) utiliza esta abordagem. Contudo, esta abordagem tem sido objecto de várias críticas. Por exemplo, esta concepção desconsidera a auto-produção e outros consumos não-monetários que podem ter relevância na vida das pessoas, particularmente em países mais pobres.

POBREZA VISTA COMO SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES VITAIS

“São pobres aquelas pessoas cuja sobrevivência está em causa por não serem atendidas as suas necessidades mínimas”

Outra abordagem é a pobreza vista pelo foco das necessidades básicas vitais. Esta introduz novos parâmetros de qualidade de vida como alimentação mínima, serviços básicos de saúde, existência de água potável, saneamento, habitação, vestuário, etc. Por exemplo, a metodologia usada no Relatório do Desenvolvimento Humano usa o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que dá conta de várias dimensões da pobreza ponderando a esperança de vida à nascença, o nível de educação e o PIB *per capita*, sendo utilizado para comparar e ordenar os países num *ranking* internacional.

POBREZA VISTA COMO PRIVAÇÃO DE OPORTUNIDADES E CAPACIDADES

“São pobres aquelas pessoas que não têm oportunidades para desenvolver as suas capacidades e escolher a vida que desejam ter”

A pobreza é um fenómeno complexo e por isso a forma como se aborda esse problema tem evoluído para considerar outras dimensões fundamentais. Hoje tem sido argumentado que a pobreza deve ser vista mais além do que a mera insuficiência de rendimento. Para ultrapassar a pobreza é necessário, sobretudo, remover as fontes de privação das pessoas e famílias, como sejam, acesso a recursos, serviços de saúde e educação, saneamento, pouca longevidade, negação de direitos, entre outros.

Para isso é fundamental dar atenção ao aumento das capacidades das pessoas e famílias para remover essas privações. A criação de **oportunidades reais** para que as pessoas possam realizar seus funcionamentos e tornarem-se agentes participantes das acções económicas, políticas, sociais ou culturais da sociedade, ou seja, tornarem-se actores dos seus próprios processos de desenvolvimento, deve ser um ingrediente central da luta contra a pobreza (Sen, 1992).

Nesta abordagem o foco centra-se naquilo que as pessoas podem fazer (meios) para alcançar as suas realizações (fins), sendo a capacidade definida pelas oportunidades reais existentes. A qualidade de vida ou bem-estar humano é representada pelas realizações individuais que as pessoas consideram importantes e valiosas e que derivam da sua capacidade para realizar os seus funcionamentos.

PARTE II

Segurança Alimentar e Nutricional e Políticas Públicas

QUAL A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS?

Uma política nacional de SAN pode ser definida como um conjunto de acções do Governo que conformam um compromisso público para garantir a SAN a toda a população. As estratégias e programas nacionais com os seus correspondentes planos de acção que vêm sendo formulados em inúmeros países constituem exemplos de políticas públicas de SAN.

Para alcançar a SAN é necessário considerar simultaneamente todas as suas dimensões e por isso é preciso adoptar um **enfoque intersectorial** na definição das políticas, envolvendo os vários sectores do governo em conjunto com a participação da sociedade civil.

É importante lembrar que estas medidas não devem ser tomadas isoladamente. Quer isto dizer que na formulação das políticas publicas relacionadas com a segurança alimentar e nutricional devem participar os diferentes sectores do governo para que as suas acções sejam coordenadas. Vejamos alguns exemplos de medidas para cada uma das dimensões da SAN.

Quadro 6 – Alguns exemplos de acções em função das dimensões da SAN

DISPONIBILIDADE	Melhoria dos sistemas de produção (agricultura e pesca) Serviços de extensão rural e pesqueira Acesso aos recursos naturais (terra, sementes, água) Acesso a meios de produção (ferramentas, insumos)
ACESSO	Programas de protecção social Redes de segurança Acesso ao crédito Diversificar meios de subsistência
USO E CONSUMO	Dietas adequadas Educação alimentar e nutricional Condições de higiene e saneamento Acesso a cuidados de saúde Vigilância sanitária e nutricional Planos de vacinação
ESTABILIDADE	Preços e mercados Transportes e comunicação Armazenamento

Fonte: Elaboração própria

Enfoque da dupla-via

O “**enfoque de dupla-via**” nas políticas públicas a nível central e descentralizado dá atenção tanto ao lado da produção de alimentos como ao lado do acesso. As duas vias devem ser tidas em consideração na formulação de políticas e projectos de SAN:

Via 1) Por um lado, é necessário criar oportunidades para que os famintos melhorem os seus meios de vida através da promoção do desenvolvimento agrícola e rural com reformas políticas e investimentos na agricultura;

Via 2) Por outro, é necessário ter uma intervenção directa através de programas que facilitem o acesso imediato aos alimentos.

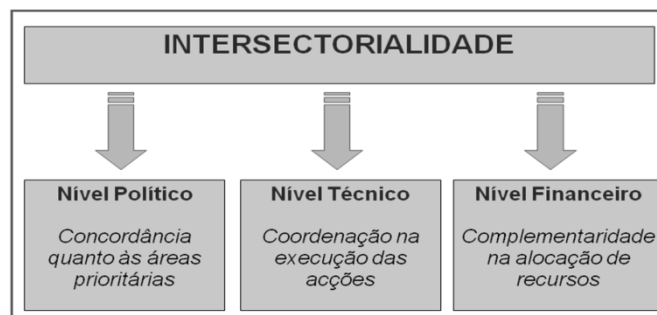
Quadro 7 – Exemplos de acções no âmbito do enfoque de dupla-via

Via 1 - Fortalecer a produtividade e os rendimentos	Via 2 – Aumentar o acesso aos alimentos
Desenvolvimento sustentável dos pequenos produtores (melhor gestão da água, fertilidade do solo, pragas, tecnologias sociais de baixo custo, etc.)	Alimentação materno-infantil (incluindo suplementos nutritivos)
Agricultura urbana e peri-urbana e silvicultura (melhoria dos sistemas de produção)	Alimentação escolar
Hortas escolares (associadas à alimentação escolar)	Educação nutricional
Reforma Agrária	Prestações de desemprego e reforma, assim como transferências condicionadas de dinheiro
Desenvolvimento de mercados	Alimentos por trabalho
Inocuidade e qualidade dos alimentos	Merenda escolar
Infra-estrutura Rural	Restaurantes populares e cantinas nas fábricas
Investigação e extensão (especialmente capacitação de instrutores para processos de aprendizagem participativa)	Bancos de alimentos
Gestão de recursos naturais (incluindo biodiversidade)	
Capacitação profissional e alfabetização de adultos (associada a redes de protecção social)	

Fonte: PESA - Programa Especial de Segurança Alimentar (FAO)

Garantir a SAN de forma permanente é uma condição fundamental para o desenvolvimento dos países. Por essa razão, argumenta-se que a SAN deve ser considerada como um objectivo de políticas públicas permanente no campo das medidas de combate à fome, pobreza e desigualdade social e por isso é um importante eixo estratégico de desenvolvimento dos países (Maluf, 2007).

Esquema 3 – Diferentes níveis de intersectorialidade



Fonte: Elaboração própria.

IMPORTANTE:

- Assumindo a **alimentação como um direito humano fundamental** percebe-se que a resolução dos problemas da fome é, em primeira instância, um imperativo ético e moral para com os milhões de pessoas que não beneficiam de condições e oportunidades para levarem uma vida digna.
- Por esta razão, sugere-se a **inclusão da segurança alimentar e nutricional (SAN) como um objetivo central das políticas públicas** relacionadas com os alimentos e a alimentação, devendo ser incorporada nas estratégias de desenvolvimento dos países como forma de orientar as acções dos governos, sociedade civil, sector privado, e demais actores no campo das medidas de combate à fome e pobreza.
- Para tal, torna-se necessário adoptar uma **abordagem baseada em direitos** – incluindo o direito à alimentação e outros direitos correlatos –, bem como assumir a SAN como questão multidimensional e intersectorial na formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas soberanas e equitativas.

Os conteúdos e componentes de cada política nacional são diferentes de país para país embora existam alguns **pontos comuns à maioria dos programas existentes** (Zezza e Stamoulis, 2003):

- Uma liderança forte e com visão de futuro que faça da erradicação da fome um verdadeiro objectivo nacional para o qual todos os cidadãos sintam que contribuem.
- Boa governança, estabilidade económica e social e paz.
- Um compromisso total, não só por parte de governos, como também por parte de instituições da sociedade civil, para com alianças cujos membros combinem esforços para trabalhar em conjunto, e numa base interdisciplinar, na implementação de acções práticas para erradicar a fome.
- Políticas de suporte e um ambiente legal que aborde questões como subsídios, tarifas, taxas de câmbio, descentralização e acesso a terra e recursos hídricos, bem como o direito à alimentação.
- Um sistema de avaliação e monitorização, capaz de gerar informação credível acerca do impacto e dos custos de programas, bem como de minimizar os riscos de uma administração corrupta.

As políticas nacionais de SAN devem ser formuladas com base em diagnósticos apropriados que indiquem as reais condições de insegurança alimentar e os vários sectores a envolver. A definição de uma estratégia de intervenção ampla e articulada com objectivos e eixos de actuação bem identificados é fundamental para a definição das acções e programas a levar a cabo com a política.

De uma maneira geral, os seguintes **princípios básicos devem ser observados quanto ao processo de formulação de uma política de SAN**:

- **Forte compromisso político:** Os governos nacionais devem assumir um compromisso político inequívoco para com o combate à fome. Esse compromisso deve ser ao mais alto nível para que todos os ministérios se comprometam em integrar a formulação e a implementação da política nacional.
- **Princípio do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA):** Sugere-se que a definição de estratégias e programas nacionais de SAN tenham em conta as Directrizes Voluntárias da FAO sobre o direito à alimentação, pois estas proporcionam uma orientação prática aos Estados no que se refere aos seus esforços para conseguir a realização progressiva desse direito em cada contexto nacional, com vista a alcançar os objectivos do Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação (Roma, 1996).

- **Múltiplas dimensões da SAN:** As linhas orientadoras e as acções constantes da política devem ter em conta uma visão integrada que incorpore todas as dimensões da SAN (disponibilidade, acesso, utilização, estabilidade); O carácter abrangente e multidisciplinar desta questão implica uma articulação entre aspectos produtivos, económicos, sociais, nutricionais, educacionais, entre outros.
- **Intersectorialidade:** Significa que tem que existir um planeamento e uma coordenação das acções a desenvolver entre todos os sectores do Governo com intervenção em matérias relacionadas com a SAN (Saúde, Agricultura, Acção Social, Educação, Economia, Planeamento, etc.); A multidimensionalidade da SAN exige que a política seja intersectorial.
- **Enquadramento da política de SAN:** A política que se define deve tomar em linha de conta as acções que já estão a ser desenvolvidas no país. A política pode, por exemplo, articular essas acções e identificar outras que as complementem.
- **Participação Social:** A participação dos vários sectores sociais é factor decisivo na elaboração da política no sentido de incorporar diversas experiências e opiniões; A participação deve incidir tanto ao nível do processo de formulação (consultas públicas) como na implementação e acompanhamento das acções; É determinante a criação de espaços de discussão e participação bem como a disponibilização de informação em todas as fases do processo.
- **Descentralização:** Definição de responsabilidades e tarefas entre as várias instâncias de Governo (central e provincial) e entre Governo e Sociedade Civil; Incorporar uma lógica de intervenção abrangente na definição da política que incorpore iniciativas regionais e locais, i.e., país, província e comunidade, na sua implementação.
- **Equidade:** Incorporação de princípios básicos na política que combatam formas de desigualdade (social, económica, de género, étnica, etc.) e que tenham em conta critérios democráticos e transparentes.
- **Atribuição de recursos:** É necessário articular a atribuição de recursos com uma conveniente definição de custos e processos de gestão adequados; Coordenação entre os vários Ministérios quanto aos recursos disponíveis e adopção de mecanismos de gestão eficazes.

Quadro 8 – Situação das políticas, mecanismos de governança e mobilização social para a SAN nos países da CPLP

	Instrumento de Política	Data de Aprovação	Mecanismo de Governança	Vinculação institucional	Avanços no Direito à Alimentação	Rede da Sociedade Civil
Angola	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN)	2009	Actualmente: Gabinete de Segurança Alimentar (GSA) Previsto: Conselho Nacional de SAN (CONSAN)	Sectorial (Agricultura) Prevê-se passagem para nível supra-ministerial (Presidência da República)	- Consagrado na ENSAN; - Reconhecimento implícito na Constituição;	Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional
Cabo Verde	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA)	2004	Actualmente: Direcção de Serviços de Segurança Alimentar (DSSA) Previsto: Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CNSA)	Sectorial (Agricultura)	- Consagrado na ENSA; - Reconhecimento implícito na Constituição;	Plataforma das ONGs de Cabo Verde (PONG's)
Moçambique	Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN)	1998 2007 (revisão)	Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN)	Sectorial (Agricultura)	- Consagrado na ESAN; - Reconhecimento implícito na Constituição; - Lei do Direito à Alimentação em formulação;	Rede de Organizações pela Soberania Alimentar (ROSA)
Guiné-Bissau	Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNSA)	Início da formulação em 2002 (ainda não aprovado)	Actualmente: Gabinete de Políticas Agrárias do Ministério da Agricultura Previsto: Conselho Nacional de SAN (CONSAN)	Sectorial (Agricultura)	- Não consagrado no PNSA; - Reconhecimento implícito na Constituição;	Rede para a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau (RESSAN-GB) – <i>em reformulação</i>
São Tomé e Príncipe	Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Início da formulação em 2011	<i>Em discussão</i>	Sectorial (Ministério do Plano e Desenvolvimento, tutela Agricultura)	- Reconhecimento implícito na Constituição;	Rede da Sociedade Civil para Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe (RESCSAN-STP)
Timor-Leste	Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA)	2005	Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CNSATL)	Sectorial (Agricultura)	- Consagrado na PNSA; - Reconhecimento implícito na Constituição;	FONG-TIL – Federação das ONGs de Timor-Leste
Brasil	Programa Fome Zero LOSAN Plano Nacional de SAN	2003 2006 2011	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)	Supra-ministerial (Presidência da República)	- Consagrado na LOSAN - Reconhecimento explícito na Constituição;	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)
Portugal	Visão Estratégica da Cooperação Portuguesa	2009	---	Sectorial (Ministério dos Negócios Estrangeiros)	- Não consagrado na Visão Estratégica; - Reconhecimento implícito na Constituição;	Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Realimentar)
Nível Regional CPLP	Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP)	Aprovada em 2011	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP	Prevê-se que seja a Conferência de Chefes de Estado e de Governo	- ESAN-CPLP desenhada também sob a perspectiva do Direito à Alimentação;	Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar nos PALOP (REDSAN-PALOP)

FONTE: ACTUAR (2012)

QUAL É A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS ?

A importância da participação social nas políticas públicas tem sido incentivada a todos os níveis porque se considera que a sociedade civil tem um papel fundamental na gestão e controlo das políticas. Participar significa intervir a todos os níveis da política desde a sua formulação, implementação, monitorização e avaliação.

A consciencialização, mobilização e participação social são condições fundamentais para promover uma maior intervenção da sociedade e dos grupos vulneráveis na discussão sobre as medidas e políticas de combate à fome e insegurança alimentar.

A necessidade da participação dá-se pelo próprio carácter “público” de qualquer política de governo, o que significa que os beneficiários dessa política devem ser envolvidos em todas as suas fases.

Uma das razões centrais para aumentar os níveis de participação social nas políticas públicas é que a melhoria dos mecanismos democráticos em todas as suas fases contribui de forma significativa para uma melhor redistribuição dos recursos públicos favorecendo os grupos mais pobres e vulneráveis.

Para que a participação social se torne mais efectiva nas políticas são necessários, pelo menos, dois ingredientes fundamentais:

- 1) Por um lado, é necessário que exista **abertura por parte dos governos, designadamente através da criação de mecanismos e espaços institucionais de participação;**
- 2) Por outro lado, é necessário que **a própria sociedade civil esteja mobilizada e fortalecida aumentando a sua capacidade de intervenção.**

Em relação ao primeiro factor, parece irrefutável que a união de esforços entre várias organizações conformando **redes temáticas** que actuem a diferentes níveis reforça de forma muito clara a sua capacidade de intervenção ao nível das políticas, porque lhes possibilita funcionar como interlocutores com governos, doadores e organismos internacionais de forma mais eficaz. A enorme diversidade de organizações (Associações, ONGs, redes,

sindicatos, Universidades, etc.) que interagem no interior do sistema de SAN abrange uma enorme diversidade de temáticas constituindo um manancial determinante para, em conjunto com governos, melhorarem a situação de insegurança alimentar da população.

Em relação ao segundo factor, a existência de **espaços públicos de participação** adequados é capaz de promover um maior contacto e interacção entre governo e sociedade civil, levando a que inúmeros sectores sociais excluídos tenham acesso a outras formas de representação. Estes espaços públicos funcionam como ampliação e democratização da gestão do Estado, pois aumentam a transparência e o número de actores envolvidos.

Existem vários exemplos de formatos para esses espaços públicos, como sejam conselhos nacionais e municipais de políticas e programas, os fóruns temáticos, as câmaras sectoriais, etc. Os conselhos nacionais de SAN parecem revelar um bom exemplo de articulação entre sociedade civil e Governo na gestão das políticas públicas devendo ser incentivados em todos os países.

QUAL É A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM REDE POR PARTE DA SOCIEDADE CIVIL?

Apesar de não serem um fenómeno novo, as redes da sociedade civil têm emergido nos últimos anos como uma forma de trabalhar inovadora e com resultados muito positivos. No fundo, a inovação consiste nas metodologias de trabalho conjuntas adoptadas pelas organizações da sociedade civil para resolver problemas, integrando vários membros com características diferentes e, na maior parte dos casos, distanciados entre si em termos geográficos.

Em termos gerais, as redes da sociedade civil podem ser definidas como uma metodologia de trabalho através da qual se cria um sistema de relações capaz de organizar pessoas e organizações de forma democrática e através de métodos participativos em torno de princípios e objectivos comuns e que levam à transformação social.

As redes da sociedade civil a que nos estamos a referir distinguem-se de outras redes institucionais existentes por várias razões. Uma característica fundamental das primeiras diz respeito à horizontalidade das relações entre os seus membros. Atente-se nas seguintes figuras:

Fig. 2 – Estrutura Piramidal

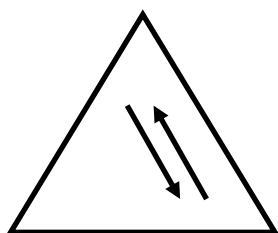
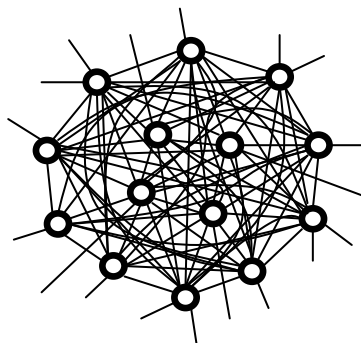


Fig. 3 – Estrutura Organizacional



No primeiro caso temos uma estrutura típica de hierarquia na qual a circulação de informação se dá de cima para baixo (como ordens) obtendo-se um retorno de baixo para cima (cumprimento das ordens). Existe uma clara delegação de poder dos níveis inferiores para os superiores. Esta é uma estrutura de relacionamento típica do Estado, das empresas, da igreja, da escola ou da família. As suas principais características são subordinação, individualismo, concentração de poder, controle da informação e competição entre os vários intervenientes.

O segundo caso corresponde às redes da sociedade civil a que fazemos referência, através das quais as relações se dão de forma horizontal, descentralizada e sem concentração de

poder. É fácil de perceber que os fluxos de comunicação se dão em todas as direcções e que não há controlo da informação, ou seja, qualquer membro pode colocar informação a circular e qualquer membro tem acesso a essa mesma informação. Nestas redes não há subordinação e quem tem poder é quem toma as iniciativas, sendo qualquer membro livre de o fazer. Todos têm capacidade de estabelecer conexões e relações entre si. As responsabilidades entre os vários membros são distribuídas em função dos objectivos definidos. A seguir identificam-se outras características e princípios de uma Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar que podem servir de orientação para a sua constituição e funcionamento:

PRINCÍPAIS CARACTERÍSTICAS DE UMA REDE DA SOCIEDADE CIVIL

- **Luta por um objectivo comum:** O espírito do trabalho da rede baseia-se na existência de um propósito comum que é capaz de unificar posições de organizações diferentes. No caso das Redes de SAN o objectivo básico subjacente é a luta pelo direito humano à alimentação que garanta uma alimentação suficiente, com qualidade e de forma permanente a todos, sem comprometer outras necessidades básicas e com base nos padrões culturais próprios, de tal forma que se atinja um patamar de segurança alimentar e nutricional digno para a existência humana e com garantia da soberania dos países.
- **Pluralidade de actores envolvidos:** Devem fazer parte de uma rede de segurança alimentar um conjunto diversificado de actores como ONGs, Associações, movimentos de camponeses e camponesas e da agricultura familiar, grupos de jovens, organizações de mulheres, grupos religiosos, organizações de consumidores, centros de estudo e pesquisa, organizações de apoio a pessoas com HIV/SIDA, etc.
- **Diversidade de temas em discussão:** O carácter multidisciplinar e intersectorial da SAN exige que vários temas estejam em cima da mesa de discussão. Nesse sentido, é desejável que entre os actores envolvidos existam organizações vocacionadas para temas diversificados como: agricultura, pescas, florestas, biodiversidade e recursos genéticos, agroecologia, acesso a terra e outros recursos (água, sementes, crédito), género, saúde e nutrição, HIV/SIDA, comércio, etc.
- **Capilaridade e abrangência da sua intervenção:** O trabalho em rede permite uma maior capilaridade territorial pois consegue trazer pequenas organizações que estão distanciadas dos centros de discussão para trabalhar em conjunto. Dessa forma consegue-se dar voz aos que têm mais dificuldades em partilhar os seus problemas e propostas. Por outro lado, a própria estrutura da rede permite ultrapassar as fronteiras

nacionais para se relacionar a nível regional e internacional com outras organizações. Isso amplia a possibilidade de troca de experiências e partilha de soluções.

- **Participação e cooperação:** A rede só funciona se todos os membros estiverem envolvidos e motivados para trabalhar em conjunto em prol do objectivo comum. Uma vez que nenhuma organização é obrigada a entrar ou a permanecer na rede, a sua intervenção deve ser constante para gerar dinâmicas entre todos os envolvidos. Sem participação e motivação a rede perde sentido e deixa de existir.

- **Independência dos seus membros:** Todos os integrantes na rede têm conhecimento dos objectivos propostos, pois fazem parte da sua definição, e acordam em conjunto as acções a levar a cabo. Contudo, o facto de pertencerem à rede não limita a sua independência enquanto organização individual com objectivos próprios e outras acções fora da rede. Ou seja, o facto de pertencerem à rede não limita a sua independência enquanto organização autónoma, mas antes assumem um compromisso na luta pelo objectivo comum. Todos os membros, na sua diversidade, trazem contributos importantes para o trabalho em conjunto.

- **Flexibilidade e dinamismo:** Uma rede da sociedade civil para a segurança alimentar apresenta-se diferente em cada instante porque não tem centro. Para além disso a sua dimensão varia no tempo e no espaço devido à entrada e saída de membros consoante as suas motivações e disponibilidade. A inércia da rede é o seu principal inimigo e por isso é muito importante criar dinâmicas participativas para que todos possam contribuir. A rede só funciona se todos interagirem uns com os outros.

- **Horizontalidade:** Neste tipo de redes não existem hierarquias. Todos os integrantes tomam decisões e actuam de forma compartilhada após consenso. A informação é livre para circular entre todos e em todos os sentidos (ver fig. 2). Todos são líderes desde que tragam propostas de trabalho condizentes com os objectivos e realistas de executar.

O QUE É A GOVERNANÇA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL?

Em decorrência da crise alimentar que atravessou o mundo nos últimos três anos intensificaram-se os debates sobre a necessária reforma da governança da segurança alimentar e nutricional.

Os principais factores que, do ponto de vista global, justificam uma mudança de rumo das políticas e uma nova governabilidade são:

- A debilidade técnica e política das instituições a nível internacional relacionadas com o sistema agro-alimentar que não souberam ou quiseram prever as implicações de promover certas políticas internacionais no campo da SAN a nível global e local;
- A falta de coordenação entre organizações que se limitam a realizar acções fragmentadas e unilaterais;
- Os países, Estados-membros das organizações internacionais, não souberam ou quiseram assumir a sua responsabilidade de decidir o rumo das agências internacionais;
- A falta de um sistema de prestação de contas que permita conhecer os apoios reais existentes, dar-lhes o devido seguimento e exigir responsabilidades sobre o que se faz ou se deixa de fazer no campo da segurança alimentar.

A actual complexidade da luta contra a fome demonstra a pertinência de se (re)pensarem mecanismos de governança mais eficazes que promovam uma maior convergência e coerência das políticas públicas no sentido de alcançar a SAN e a realização progressiva do direito humano à alimentação nos seus diferentes níveis.

É por esta razão que se tem argumentado que a luta contra a fome deve passar pela construção e reforço da governabilidade da SAN nos seus diferentes níveis (global, regional, nacional e local) envolvendo um conjunto diversificado de sectores e actores.

Exemplo da Reforma do Comité Mundial de Segurança Alimentar (CFS)

A nível global o processo de reforma do **Comité Mundial de Segurança Alimentar (CFS)** adoptado na sua 35ª sessão em 2009 e ratificada pela Cimeira Mundial da Alimentação realizada em Roma em Novembro do mesmo ano será, porventura, uma das medidas de maior alcance nessa matéria, dadas as suas implicações no sistema de governabilidade internacional da SAN e as suas repercussões a nível nacional.

Pretende-se que o CFS seja um mecanismo de coordenação e convergência de políticas a nível global, regional e nacional que promova a prestação de contas e a partilha de melhores práticas no quadro da luta contra a fome congregando os Estados-membros, órgãos e agências especializadas da ONU, sociedade civil e sector privado.

Exemplo da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP

A **Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP)** contempla a perspectiva do direito à alimentação e coloca o foco no reforço da governança da SAN ao nível da CPLP e dos Estados-membros.

Esta estratégia será apresentada na próxima reunião do CFS em Roma como um exemplo de construção da governabilidade a nível regional e a finalização do seu processo de formulação culminará com a aprovação pela Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP que decorrerá em Maputo em 2012.

Do ponto de vista da governabilidade destaca-se no quadro desta estratégia a proposta de criação do Conselho de Segurança Alimentar da CPLP enquanto plataforma para a coordenação das acções dos Estados-membros e reforço dos quadros legais, institucionais e políticas públicas a nível nacional.

Exemplo de Moçambique

Em Moçambique os esforços de construção e aprofundamento da governabilidade têm sido evidentes e os seus resultados começam a dar frutos. A constituição do **Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN)**, órgão foi criado em 1998 para apoiar a implementação da Estratégia Nacional de SAN, é disso um exemplo concreto.

O SETSAN é composto por representantes de diferentes ministérios, sociedade civil e agências das Nações Unidas. Neste momento o SETSAN está a passar por uma reformulação no sentido de passar a estar vinculado institucionalmente às instâncias mais elevadas do governo.

Outro passo importante em curso diz respeito à formulação da Lei do Direito à Alimentação Adequada o que permitirá ao país colocar a questão da alimentação como uma política de Estado com carácter permanente sob uma perspectiva de direitos humanos.

Exemplo de Brasil

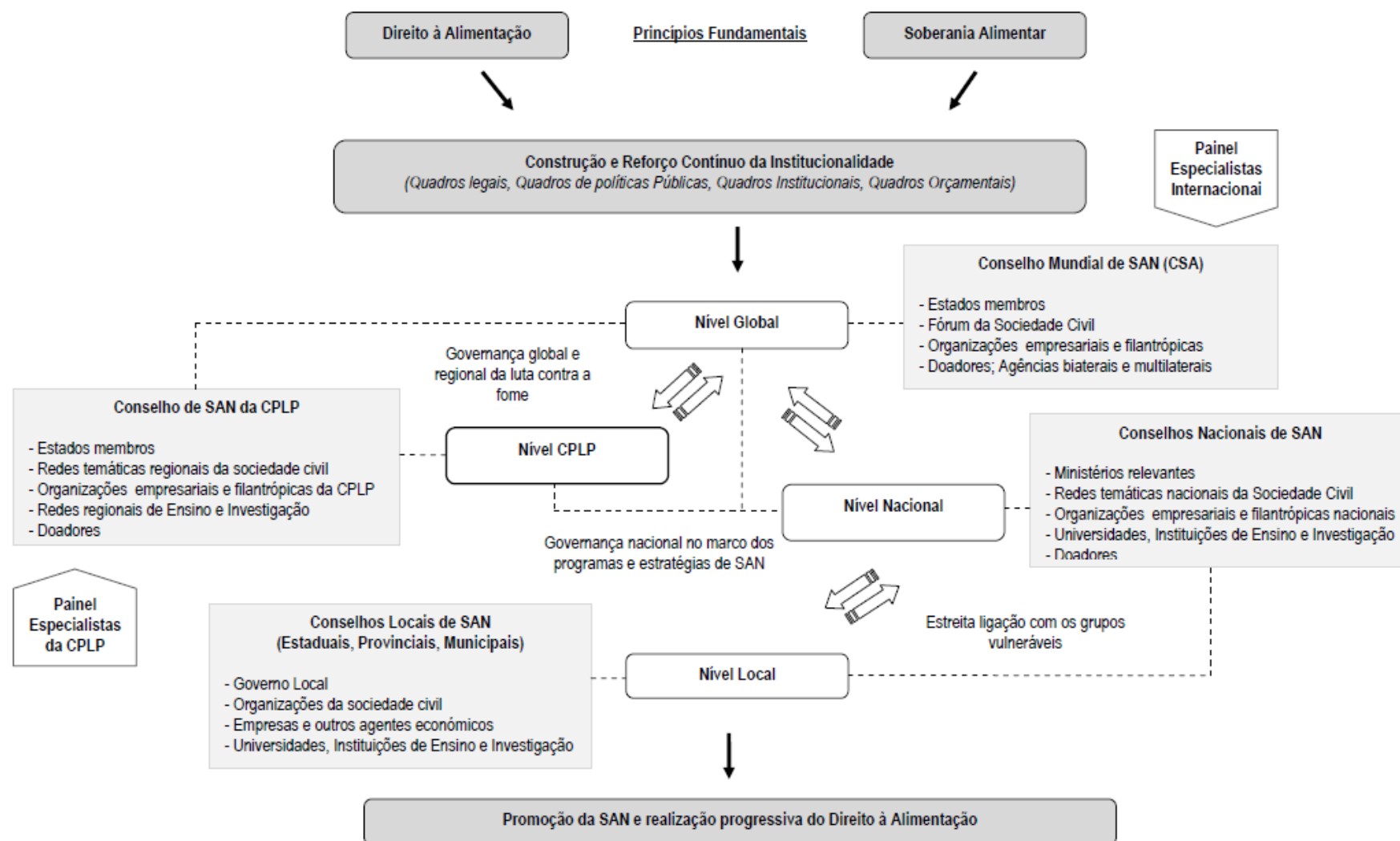
Brasil é exemplo paradigmático do ponto de vista da governabilidade para a SAN. Em termos institucionais, a Lei Orgânica de SAN aprovada em 2006 estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil, formulará e implementará políticas com vista assegurar o direito humano à alimentação.

O SISAN é composto pela Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) e pelo **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)**.

O CONSEA é estrutura de governação que possui um carácter consultivo do Presidente da República no que respeita à formulação de políticas e à definição de orientações em matéria de SAN para o país articulando diferentes sectores do governo e sociedade civil. É

constituído por 1/3 de representantes governamentais e 2/3 de representantes da sociedade civil, para além de observadores convidados.

Esquema 4 – Modelo de Governança da Estratégia de SAN da CPLP



IMPORTANTE !!

- A existência de **estruturas de diálogo, concertação e coordenação** nos diferentes níveis que incluam um conjunto alargado de actores (governo, sociedade civil, sector privado, agências de desenvolvimento) é um pressuposto base para atacar os problemas estruturais da fome e insegurança alimentar. Estas estruturas devem ser implementadas progressivamente, respeitando a autonomia e soberania dos Estados nacionais.
- O processo contínuo de construção e aprofundamento de mecanismos de governabilidade para a segurança alimentar permitirão estabelecer **sistemas multinível e multiactor** para a implementação de políticas públicas promovendo **maior coordenação** e **utilização mais eficiente dos recursos**.
- Este processo deve, por isso, ser acompanhado de um **reforço da cidadania e participação social**, bem como da **adopção de diferentes arranjos institucionais desde o nível local ao global** permitindo transformar o acto governamental e os distintos interesses em acções públicas mais efectivas com resultados concretos.

PARTE III

Ferramentas para Gestão da Segurança Alimentar e Nutricional ao nível das comunidades

PORQUE É IMPORTANTE REALIZAR DIAGNÓSTICOS LOCAIS SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL?

Conhecer a real situação sobre a segurança alimentar e nutricional das comunidades é muito importante quando formulamos políticas, projectos ou resposta a emergências. Existem vários tipos de diagnóstico/ avaliação quer podem ser aplicados, em função do nível de análise considerado. O quadro seguinte dá alguns exemplos:

Quadro 9 – Alguns exemplos de ferramentas para apoiar a análise/diagnóstico da SAN

Nível	Disponibilidade	Acesso	Utilização	Estabilidade
MACRO	- Registos de precipitação - Balanços alimentares	- Análises de vulnerabilidade (PAM)	- Estudos demográficos e de saúde	- Sistemas globais de informação e alerta rápida - Sistemas de supervisão de saúde
MESO E MICRO	- Estudos de mercado sobre alimentos - Planos de produção agrícola	- Questionários domiciliares de rendimento	- Estudos de saúde regionais ou comunitários - Questionários domiciliares de frequência alimentar	- Estudos antropométricos em crianças - Análises vulnerabilidade (riscos)

Vários destes instrumentos, designadamente a nível macro, são utilizados pelas instâncias oficiais (Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde, etc.) ou pelos organismos internacionais (PAM, FAO, etc.).

As análises a nível meso (região ou comunidade) e nível micro (famílias) são muito úteis para a sociedade civil. Tendo em conta o curso de formação realizado, propomos em seguida algumas ferramentas que podem auxiliar as organizações da sociedade civil nas suas acções relacionadas com a SAN a nível local.

Tais ferramentas são úteis para o trabalho diário das organizações pois permitem monitorar e perceber em cada momento qual a situação real de SAN numa dada comunidade. Elas são também úteis para apoiar a formulação de projectos pois permitem caracterizar melhor o contexto e fundamentar melhor acções que devem ser levadas a cabo numa dada comunidade.

CONHECIMENTO DO CONTEXTO

A caracterização de um dado território ou comunidade sob a perspectiva da SAN é muito importante para perceber qual o contexto em que um determinado projecto ou acção vai incidir. É igualmente útil para evitar duplicações com outras acções já em curso e também para buscar complementaridade entre elas. As seguintes ferramentas podem ajudar nesta tarefa:

- **Mapeamento dos Actores:** Permite identificar quais são os actores / instituições existentes no território ou comunidade, ou que aí têm intervenção directa, com relevância para a SAN (ex: associações, cooperativas, ONGs, empresas, Estado, etc.).
- **Mapeamento Social:** Permite identificar que tipo de infra-estruturas sociais e produtivas existem no território ou comunidade com relevância para a SAN. Este mapa dá informação sobre o nível de organização social da comunidade e do equipamento existente (rede viária, energia, escolas e postos de saúde, comunicação, agro-indústrias, mercados, cooperativas, escolas, postos de saúde, bancos de sementes, etc.).
- **Mapeamento das Acções Públicas/Privadas:** Permite identificar que tipo de políticas, projectos ou outras acções públicas e/ou privadas existem ou têm impacto no território ou comunidade com relevância para a SAN.
- **Análise SWOT:** Permite analisar as potencialidades e limitações do território ou comunidade no âmbito da SAN pontuando as suas Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças.

Nos Anexos 1, 2, 3 e 4 encontra-se uma sugestão prática para aplicar este tipo de ferramentas.

DIAGNÓSTICOS RÁPIDOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (DRSAN)

A análise do contexto deve ser complementada com a realização de diagnósticos de SAN, por exemplo, através da aplicação de *Diagnósticos Rápidos de Segurança Alimentar e Nutricional (DRSAN)*.

Esta metodologia permite compreender de forma rápida e expedita a situação da segurança alimentar e nutricional de uma dada comunidade. É importante notar que com um DRSAN não se pretende que a amostra seja estatisticamente representativa, mas sim captar certas tendências ou situações que nos permitam ver “em grandes linhas” a situação de segurança alimentar e nutricional da população-alvo. Os seus principais objectivos são:

- Identificar os problemas e obstáculos à segurança alimentar e nutricional das comunidades;
- A partir dos resultados do diagnóstico, identificar as linhas gerais para a estruturação das iniciativas locais junto das comunidades;

Este tipo de diagnóstico permite recolher informação sobre os 4 pilares básicos da SAN:

- **Disponibilidade:** A disponibilidade inclui os tipos de cultivo/capturas e o seu rendimento, a importância dos produtos agrícolas/pesqueiros e outros produtos alimentares, a quantidade consumida e produzida pelas famílias, etc.
- **Estabilidade:** As épocas no ano onde as famílias são mais vulneráveis, relacionadas com a falta de produtos alimentares; disponibilidade de sistemas de armazenamento para guardar os alimentos das épocas de abundância às épocas de escassez, etc.
- **Acesso:** Análise dos meios de vida, da origem dos recursos das famílias para adquirir alimentos, e concretamente a proporção dos recursos gerados pela família que são destinados a compras de alimentos; outras estratégias familiares para garantir o acesso aos alimentos, etc.
- **Consumo:** A cesta básica alimentar das famílias, o número de refeições por dia, a distribuição intra-familiar dos alimentos; a utilização de alimentos tradicionais locais; educação alimentar; etc.
- **Utilização dos alimentos:** A situação de higiene, acesso e disponibilidade de água e saneamento relacionada com o consumo de alimentos, por exemplo, acesso à água potável, a latrinas, práticas de higiene, etc.

Este tipo de diagnóstico é uma ferramenta muito útil e deve ser incentivado pelos seguintes motivos: i) estimulam a discussão nacional, a sensibilização e a informação sobre segurança alimentar e nutricional; ii) apoiam as organizações da sociedade civil a adoptar as medidas necessárias tendo em conta a inclusão das preocupações dos grupos vulneráveis.

Algumas destas informações podem ser recolhidas através de **Fontes Secundárias** como, por exemplo, relatórios oficiais dos ministérios, dados do instituto nacional de estatística, relatórios periódicos das agências de desenvolvimento, etc. A sistematização desta informação é muito útil, pois permite utilizar os dados já existentes e o cruzamento de várias fontes para nos ajudar a caracterizar a situação e a identificar possíveis lacunas.

No Anexo 5 encontra-se uma sugestão prática para sistematizar a informação já disponível em fontes secundárias em função das várias dimensões da SAN.

Esta informação deve ser complementada com o recurso a Fontes Primárias dado que as causas e consequências podem variar de comunidade para comunidade. Os Diagnósticos Rápidos de Segurança Alimentar e Nutricional nas Comunidades, os Questionários sobre a Diversidade da Dieta e a Escala de Insegurança Alimentar e Nutricional são algumas ferramentas para apoiar a recolha desta informação.

Nos Anexo 6, 7 e 8 encontra-se uma sugestão prática para aplicar este tipo de ferramentas.

É importante que a realização dos diagnósticos seja preparada de forma conveniente. Para isso as organizações da sociedade civil devem preparar-se constituindo equipas e definindo calendários/tarefas antes de sair para o terreno. Em seguida deixamos uma possível sugestão para a organização do trabalho de diagnóstico:

Fases do Diagnóstico	Etapas	Tarefas
Fase I – Preparação do Diagnóstico	Conformação das Equipas	Estruturação das equipas responsáveis pela condução dos diagnósticos e definição do coordenador.
	Plano de Trabalho e Cronograma	Definição do plano de trabalho detalhado, actividades a serem desenvolvidas, atribuição de tarefas, cronograma.
Fase II – Análise do Contexto	Contextualização	Recolha e análise de informação geral sobre pobreza e insegurança alimentar e nutricional: Mapeamento dos actores; Mapeamento Social; Mapeamento das Acções Públicas/Privadas; Análise SWOT; Fontes Secundárias.
Fase III – Realização dos Inquéritos	Seleção das Comunidades	Identificação e caracterização dos grupos mais vulneráveis.
	Trabalho de Campo	Aplicação dos Inquéritos nas comunidades: Diagnósticos Rápidos de Segurança Alimentar e Nutricional.
Fase IV – Sistematização dos Resultados	Relatório	Sistematização da informação e resultados no relatório final.

Ao longo do ano as organizações da sociedade civil podem ir recolhendo informações sobre as comunidades. O trabalho directo no terreno permite monitorar a situação por forma a ajustar as intervenções. Os resultados dos diagnósticos podem também servir para esboçar intervenções futuras as quais podem ficar em carteira para serem desenvolvidas quando

abrirem oportunidades de financiamento ou para discutir directamente com algum doador. No **Anexo 9** encontra-se uma proposta de Ficha de Acção para auxiliar nesta tarefa.

IMPORTANTE !!

Não existem receitas pré-definidas para a realização dos diagnósticos. De acordo com cada contexto local (por exemplo, se é uma comunidade rural ou pesqueira), devem ser ponderados os actores a envolver, as questões-chave a investigar, e a melhor forma de conduzir o processo.

ANEXO 1 - Mapeamento dos Actores

Para a realização do Mapeamento dos Actores sugere-se a elaboração de uma Tabela onde se identificam os actores/instituições e se caracteriza o seu papel/função e as iniciativas que desenvolvem com relevância para a SAN. Exemplo: associações, cooperativas, ONGs, empresas, Estado, etc.

Actor / Instituição	Qual é o seu papel/função?	Que tipo de iniciativas desenvolve com importância para a SAN?

Nota: Devem inserir-se tantas linhas quantas necessárias.

ANEXO 2 - Mapeamento Social

Para a realização do Mapeamento Social sugere-se a elaboração de uma Tabela onde se identificam infra-estruturas sociais e produtivas existentes no território ou comunidade com relevância para a SAN, a sua contribuição e as principais dificuldades. Exemplo: rede viária, energia, escolas e postos de saúde, comunicação, agro-indústrias, mercados, cooperativas, escolas, postos de saúde, bancos de sementes, etc.

Mapeamento Social	Contribuição para a SAN (Qual a sua relevância para a SAN?)	Dificuldades (Quais as suas limitações para contribuir à SAN?)

Nota: Devem inserir-se tantas linhas quantas necessárias.

ANEXO 3 - Mapeamento dos Acções Públicas/Privadas

Para a realização do Mapeamento das Acções Públicas/Privadas sugere-se a elaboração de uma tabela onde se identificam as políticas e acções públicas que existem ou têm impacto no território ou comunidade com relevância para a SAN, seu objectivo e a instituição/sector responsável.

Acção pública ou privada	Objectivo	Responsável / instituição

Nota: Devem inserir-se tantas linhas quantas necessárias.

ANEXO 4 – Identificação das potencialidades/limitações da comunidade (SWOT)

Para a identificação das limitações e potencialidades do território ou comunidade sob a perspectiva da SAN, sugere-se utilizar a ferramenta da análise SWOT através da qual se identificam as Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças.

A Análise SWOT é uma ferramenta para fins de planificação que permite visualizar de forma esquemática os Pontos Fortes e Pontos Fracos do no território ou comunidade com relação à SAN ou outros aspectos. As componentes **Forças** e **Fraquezas** referem-se às características do território ou comunidade que estão a ser analisadas. Por outro lado, as componentes **Oportunidades** e **Ameaças** são factores que estão para além do controlo imediato, mas que mesmo assim têm um impacto positivo ou negativo no território ou comunidade.

Sugere-se a elaboração de um quadro para visualização desta informação:

	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Nível Interno	Forças <i>Correspondem aos recursos e capacidades da comunidade que podem ser usadas em prol da SAN e DHA</i>	Fraquezas <i>Correspondem aos factores que são desfavoráveis no plano interno</i>
Nível Externo	Oportunidades <i>Eventos potenciais no futuro que podem apoiar a comunidade</i>	Ameaças <i>Alterações no cenário externo que podem prejudicar a comunidade</i>

ANEXO 5 – Gestão da Segurança Alimentar e Nutricional

Sugere-se sistematizar a informação já existente e disponível (Fontes Secundárias) com relação a cada uma das dimensões da SAN usando a seguinte Grelha de Análise.

DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS		
QUESTÕES-CHAVE	TIPO DE INFORMAÇÃO A RECOLHER	FONTE / INSTITUIÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> Quais são as principais culturas agrícolas da comunidade (Área / Produção)? Quais são os principais problemas que afectam a produção/disponibilidade de alimentos? <p><i>Por exemplo, acesso terra, água, insumos, condições do solo, pragas e doenças, ausência programas de apoio, etc.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Como são as condições dos mercados locais? 	<ul style="list-style-type: none"> Área plantada e tipo de culturas (uso e aproveitamento da terra) Estimativas de produção agrícola, pecuária, pesqueira e necessidades alimentares Período de colheitas Existência de mercados (inventariação, condições físicas e comerciais dos mercados existentes); 	<ul style="list-style-type: none"> Campanhas agrícolas (EDA) Pesquisas de Mercado (EDA) Inquéritos Agrícolas (EDA) Dados Agro-Pecuários (EDA/ISV)

ACESSO AOS ALIMENTOS		
QUESTÕES-CHAVE	TIPO DE INFORMAÇÃO A RECOLHER	FONTE / INSTITUIÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> Quais são os principais problemas para adquirir produtos alimentares nos mercados? <p><i>Por exemplo, falta rendimentos, preços elevados dos alimentos, falta de ligação aos mercados, meios de transporte</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> Rendimento dos agregados familiares Preços e variação de preços para os principais alimentos básicos Transitabilidade estradas para acesso e abastecimento de mercados Custo de adquirir uma cesta básica de alimentos 	<ul style="list-style-type: none"> Análises de Mercado (EDA) Análise de Poder de Compra (Administração Municipal)

USO E CONSUMO DOS ALIMENTOS		
QUESTÕES-CHAVE	TIPO DE INFORMAÇÃO A RECOLHER	FONTE / INSTITUIÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Como são os hábitos alimentares e de consumo da população <p><i>Por exemplo, composição e diversidade das dietas, higiene, preparo e utilização dos alimentos, etc.)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Como são as condições do meio? <p><i>Por exemplo, habitação, saneamento, água potável, etc.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Quais as principais doenças/problemas de saúde na comunidade? 	<ul style="list-style-type: none"> • Nível nutricional da população • Cobertura Saneamento / Latrinas • Acesso a água potável • Estado de Saúde / Incidência das principais doenças (HIV/Sida; Diarreias, Malária, etc) • Taxa de cobertura de desparasitação • Deficiências em Micronutrientes (Iodo, Vitamina A, Ferro...) 	<ul style="list-style-type: none"> • Vigilância Nutricional • Repartição Municipal de Saúde • Postos Sanitários

ESTABILIDADE		
QUESTÕES-CHAVE	TIPO DE INFORMAÇÃO A RECOLHER	FONTE / INSTITUIÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Existem reservas locais (onde e que quantidades)? • Em que períodos do ano existem problemas escassez e/ou abastecimento e porquê? 	<ul style="list-style-type: none"> • Reservas públicas e privadas (inventários de silos e capacidade) • Meses com disponibilidade de alimentos de produção própria • Variação Preços Mercados • Períodos de chuva / Períodos de seca • Ocorrência de calamidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Análises de Mercado • EDA • Administração Municipal

ANEXO 6 – Questionário sobre a Diversidade da Dieta

Grupo	Tipo de Alimentos	Últimos 7 dias
Grupo 1 Cereais	Massanbala, Arroz, Milho, Massango ou derivados (papas)?	
Grupo 2 Tubérculos / Raízes	Batata, inhame, mandioca, batata doce, beterraba ou outro alimento preparado através de raízes ou tubérculos	
Grupo 3 Hortícolas	Abóbora, cenoura, cebola, quaisquer verduras (folhas verdes - como sejam as folhas de mandioca, abóbora), quiabo, de abóbora, tomate? Qualquer outro tipo de hortaliças?	
Grupo 4 Frutas	Qualquer tipo de frutas maduras, incluindo manga, papaia, ananás, banana, laranja, tangerina, maracujá, abacate, frutas silvestres?	
Grupo 5 Proteína	Qualquer tipo de carne (vaca, porco, ovelha, cabrito, coelho), Aves (galinha, pato ou outras aves), carne de caça, carne seca? Peixe, frescos ou secos? Qualquer tipo de ovos?	
Grupo 6 Leguminosas, frutos secos, sementes	Feijão, ervilha, lentilha, amendoim, castanha de caju ou soja? Quaisquer sementes (como as de abóbora, girassol, gergelim) foram utilizadas na comida?	
Grupo 7 Leite e Derivado	Leite, queijo, iogurte, ou qualquer derivado do leite?	
Grupo 8 Gorduras	Óleo palma, óleo vegetal, coco, banha, margarina, manteiga, mangongo, para cozinhar?	
Grupo 9 Açúcares	Açúcar, cana doce, compotas, mel, refrescos, sumos de lata ou garrafa (i.e., não naturais), doces?	
Grupo 10 Bebidas e Condimentos	Café, chá, chá de folhas, ou bebidas alcoólicas? Condimentos como jindungo, alho, salsa, hortelã, louro, pó de caril?	

GRUPO DE ALIMENTOS	PESO
Grupo 1 - Cereais	2
Grupo 2 - Tubérculos / Raízes	2
Grupo 3 - Hortícolas	1
Grupo 4 - Frutas	1
Grupo 5 - Proteína	3
Grupo 6 - Leguminosas, frutos secos, sementes	3
Grupo 7 - Leite e Derivado	3
Grupo 8 - Gorduras	0,5
Grupo 9 - Açúcares	0,5
Grupo 10 - Bebidas e Condimentos	0

Score Consumo Alimentar	Perfil Alimentar
0 - 40	Pobre
40,5 - 70	Limite
>70	Aceitável

ANEXO 7 - Escala de Insegurança Alimentar ao nível do Agregado Familiar

	Pergunta	0 = Não 1 = Raramente ou as vezes 1-10 vezes 2 = Frequentemente (Mais de 10 vezes)
1	Nos últimos 30 dias, <u>alguma vez ficou com receio</u> de que o seu agregado familiar não fosse ter comida suficiente?	
2	Nos últimos 30 dias, você ou algum membro do seu agregado familiar <u>comeu alimentos que não fossem da vossa preferência, devido a falta de recurso</u> para obter outro tipo de alimentos?	
3	Nos últimos 30 dias, você ou algum membro do seu agregado familiar <u>diminuiu o número de refeições</u> durante algum dia, por não haver alimentos suficientes?	
4	Nos últimos 30 dias, alguma vez ficaram sem nenhuma comida em casa?	
5	Nos últimos 30 dias, você ou algum membro do seu agregado familiar dormiu com fome por não haver comida suficiente?	
6	Nos últimos 30 dias, você ou algum membro do seu agregado familiar passou um dia inteiro sem comer nada por não haver comida suficiente? (durante dia e noite)	

ANEXO 8 - Diagnóstico Rápido de Segurança Alimentar e Nutricional**Modelo de Inquérito**

DATA	
NOME ENTREVISTADOR	
NOME ENTREVISTADO	
COMUNIDADE	

PARTE A - AGREGADO FAMILIAR

1. Preencher a seguinte tabela sobre os membros do agregado familiar:

Idade	Homem (H) / Mulher (M) Menino (O) / Menina (A)	Tipo de trabalho/Curso na escola

2. O chefe de família é: *(Assinalar com X)*

	Mulher		Homem
--	---------------	--	--------------

3. Como é a habitação? *(Assinalar com X)*

	Tipo	Própria	Alugada
	Madeira		
	Pau – a - Pique		
	Adobe		
	Casa de Chapa		
	Casa de Capim		
	Alvenaria		
	Outra		

4. Qual é a principal fonte de iluminação? (*Assinalar com X*)

<input type="checkbox"/>	Petróleo
<input type="checkbox"/>	Lenha
<input type="checkbox"/>	Esterco
<input type="checkbox"/>	Gerador
<input type="checkbox"/>	Gás
<input type="checkbox"/>	Outras

5. Qual é o principal combustível que usa para cozinhar? (*Assinalar com X*)

<input type="checkbox"/>	Carvão
<input type="checkbox"/>	Lenha
<input type="checkbox"/>	Petróleo
<input type="checkbox"/>	Gás
<input type="checkbox"/>	Outras

PARTE B - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

6. Qual são as principais fontes de alimentos do agregado familiar por ordem de importância? (*Assinalar com X*)

<input type="checkbox"/>	Produção própria
<input type="checkbox"/>	Compra
<input type="checkbox"/>	Troca/Permuta
<input type="checkbox"/>	Oferta/Doação
<input type="checkbox"/>	Trabalho por Alimento
<input type="checkbox"/>	Outros

7. Tem terra para cultivo? (*Assinalar com X*)

<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	Não
--------------------------	-----	--------------------------	-----

<input type="checkbox"/>	Própria	<input type="checkbox"/>	Comunitária	<input type="checkbox"/>	Arrendada
--------------------------	---------	--------------------------	-------------	--------------------------	-----------

8. Como prepara a terra?

<input type="checkbox"/>	Manual	<input type="checkbox"/>	Tracção Animal	<input type="checkbox"/>	Mecanizado
--------------------------	--------	--------------------------	----------------	--------------------------	------------

9. Quais são os principais inputs agrícolas que tem? (*Assinalar com X*)

	Enxada
	Machado
	Semeador/Adubador Manual
	Sementes
	Adubos e Fertilizantes
	Lima
	Catana
	Charrua de Tracção Animal
	Outros

10. Tem Kits Agrícolas (Enxada, Catana, Machado, Lima, Semeador/Adubador, etc.?)

	Sim		Não
--	-----	--	-----

11. Qual é o principal destino da produção de alimentos? (Assinalar com X)

	Consumo familiar		Venda		As duas coisas
--	------------------	--	-------	--	----------------

12. Quais são as principais culturas? Tem rega ou dependem da água de chuva? (Assinalar com X)

Culturas	Irrigação	Sequeiro

13. Responder às seguintes perguntas: (Assinalar com X)

SIM	NÃO	
		Tem Lavra?
		Tem Horta?
		Tem árvores de fruto?
		Tem galinhas?
		Tem porcos?
		Tem cabras?
		Tem outros animais?

14. Qual a principal fonte de rendimento dos membros da família? (Assinalar com X)

	Homem	Mulher	Filhos
Trabalho na Agricultura			
Venda produtos agrícolas			
Salário (emprego formal)			
Trabalho Pesca			
Comércio informal (cantinas, barracas)			
Venda de peixe			
Venda lenha / carvão			
Pecuária			
Outras profissões (táxi, carpinteiro, outras)			
Remessas			

15. Que proporção do rendimento familiar semanal se utilizam na compra de alimentos? (*Assinalar com X*)

	Todo
	Quase todo
	Metade
	Pouco

16. Que proporção dos alimentos que se consomem são comprados? (*Assinalar com X*)

	Todo
	Quase todo
	Metade
	Pouco

17. Consegue fornecer suficientes alimentos para toda a família utilizando os recursos próprios (rendimento, produção) durante todo o ano? (*Assinalar com X*)

	Sim		Não
--	-----	--	-----

18. Que meses são os de maior escassez e que produtos escasseiam?

Meses	
-------	--

19. O que é que faz nos períodos que não tem suficientes alimentos? (*Indicar com 1, 2 e 3 em ordem de prioridade*)

	Pede para familiares/amigos/vizinhos
--	--------------------------------------

	Reduzem o número de refeições
	Compram alimentos mais baratos
	Comida por Trabalho
	Vendem animais, produtos silvestres, ou outros bens
	Utilizam as poupanças
	Outros (detalhar)

20. Como conserva os alimentos? (Assinalar com X)

	Secagem
	Salga
	Fumagem
	Outras

21. Quantas refeições fazem por dia?

22. Todos os membros da família comem a mesma comida em cada refeição? (Assinalar com X)

	Sim		Não
--	-----	--	-----

23. Qual é a principal fonte de água? (Assinalar com X)

	FONTE	Perto	Longe	Muito Longe
	Rios			
	Chimpacas / Reservatório			
	Cacimbas			
	Furos / Poços			
	Lagoas			
	Chafariz			
	Cisternas			
	Outras			

24. Faz tratamento da água? (Assinalar com X)

	Sim		Não
--	-----	--	-----

25. Se sim, o que usa normalmente para tratar a água? (Assinalar com X)

	Filtro		Ferver		Lixívia/Cloro		Outras
--	--------	--	--------	--	---------------	--	--------

26. Onde defeca habitualmente? (Assinalar com X):

SIM	NÃO	
		Ar livre
		Latrinas Melhoradas
		Latrinas Tradicionais

27. Responder às seguintes perguntas sobre tratamento do lixo: (Assinalar com X)

SIM	NÃO	
		Deita o lixo na rua ou no mar?
		Enterra o lixo?
		Queima o lixo?
		Usa contentor / Recolha pública?
		Outros: _____

28. A unidade sanitária (posto, centro, outro) fica: (Assinalar com X)

	Muito perto (na comunidade)
	Perto (menos de 2 Km)
	Longe (2 a 5 Km)
	Muito Longe (mais de 5 Km)

29. Algum membro da família tem tido algum problema de saúde relacionado com a alimentação (diarreias, vômitos, dores de barriga...) nos últimos 6 meses ? (Assinalar com X)

	Sim		Não	Quem?	
--	-----	--	-----	-------	--

30. As crianças do agregado familiar fazem os controlos de peso/altura? (Assinalar com X)

	Sim		Não
--	-----	--	-----

31. As mulheres grávidas do agregado familiar fazem os controlos gravidez? (Assinalar com X)

	Sim		Não
--	-----	--	-----

32. Participou em alguma palestra sobre Educação Nutricional? (Assinalar com X)

	Sim		Não
--	-----	--	-----

Quantas ?		Quem organizou ?	
-----------	--	------------------	--

33. Sabem ler e escrever? (Assinalar com X)

Membro da Família	NÃO	SIM

34. As crianças do agregado familiar vão à escola? (Assinalar com X)

NÃO	SIM	Idade	Nível	Menino (O) / Menina (A)

35. Como recebe a informação sobre a saúde (campanhas de vacinação, nutrição,...)? (Assinalar com X)

	Televisão
	Rádio
	Pessoal de Saúde
	Jornal
	Vizinho
	Igrejas
	Outras

ANEXO 9 – Ficha de Acção

Para a identificação e caracterização das acções sugere-se utilizar a seguinte Ficha de Acção:

- FICHA DE ACÇÃO -

1. Acção		2. Duração
3. Parceiros		
4. Dimensão da SAN	5. Objectivos específicos	
6. Justificação / Descrição		
<i>Inserir breve justificação para a proposta de acção</i>		
7. Resultados	8. Tarefas	
R.1	A.1.1	
R.2	A.2.1	
	A.2.2	
R.3	A.3.1	
9. Fases da Acção		
<i>Descrever as Fases da Acção</i>		
10. Recursos		11. Orçamento (CFA)
Ex.: Materiais		
Recursos Humanos		
...		
...		
TOTAL		

Referências

- ACTUAR (2010). *"Manual sobre Segurança Alimentar e Nutricional"*. Fórum sobre Políticas Públicas para Agricultura e Segurança Alimentar", São Tomé e Príncipe, Setembro de 2010.
- CDESC (1999). *"General Comment 12. The Right to Adequate Food (Art. 11)"*. UN Doc. E/C.12/1999/5, 12 May 1999.
- DRÈZE, Jean & SEN, Amartya (1989). *Hunger and Public Action*. Oxford: Clarendon Press.
- FAO (2004). *"Voluntary Guidelines on the Progressive Realization of the Right to Adequate Food in the Context of National Food Security"*. Rome: Food and Agriculture Organization.
- FAO (2006). *"The Right to Food Guidelines: Information Papers and Case Studies"*. Rome: Food and Agriculture Organization.
- FAO (2006). *"The Right to Food in Practice: Implementation at the National Level"*. Rome: Food and Agriculture Organization.
- FAO (2009). *"Guide on Legislating for the Right to Food"*. Rome: Food and Agriculture Organization.
- FAO (2009). *"The Right to Food and Access to Justice: Examples at the national, regional and international levels"*. Rome: Food and Agriculture Organization.
- IEH (2007). *"Direito À Alimentação: Guia de Diagnósticos"*. Madrid: Instituto de Estudios del Hambre.
- IEH (2011). *"O Caminho da Governança da Segurança Alimentar: a experiência de Angola"*. Madrid: Instituto de Estudios del Hambre.
- IEH (org.) (2010). *"Hacia una nueva gobernanza de la seguridad alimentaria"*. Madrid: campaña Derecho a la Alimentación.
- JONSÉN, J. e WINDFUHR, M. (2005). *Food Sovereignty. Towards democracy in localized food systems*. Reino Unido. ITDG Publishing e FIAN international. Working paper.
- KLENNERT, Klaus (Ed.) (2005). *Achieving Food And Nutrition Security: Actions to Meet the Global Challenge. A training course reader*. Bonn: InWEnt e Capaciting Building International. 2nd revised Edition.
- LOVENDAL, C. R. e KNOWLES, M. (2005). *Tomorrow's Hunger: A framework to analysing Vulnerability to Food Insecurity*. Roma: Agricultural and Development Economics Division/FAO. Working Paper Nº 05-07, Out.
- MALUF, Renato (2007). *"Segurança Alimentar e Nutricional"*. Petrópolis, RJ: Vozes. 174 p.
- MAXWELL, S. e FRANKENBERGER, T. R. (eds.) (1992). *Household Food Security: Concepts, Indicators, Measurements. A Technical Review*. New York and Rome: UNICEF and IFAD.
- PINTO, João N. (2008). *"Sociedade Civil e Segurança Alimentar nos PALOP: desafios da articulação em rede"*. Rio de Janeiro: IFSN. Working Paper 1, 2008.
- PINTO, João N. (2011). *"Direito à Alimentação e Segurança Alimentar nos países da CPLP: Diagnóstico Base"*. Roma: FAO.
- PINTO, João N. (2012). *"Gestão de Iniciativas Municipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural: Guia para os Municípios"*. Angola: IEH/FAO. 41 pp.
- ROSSET, Peter (2003). *Food Sovereignty. Global Rallying Cry of Farmers Movements*. Food First - Institute for Food and Development Policy. Background, Vol. 9, Nº 4.
- SEN, Amartya (2000). *"Desenvolvimento como liberdade"*. S. Paulo: Companhia das Letras, 2000. 410 p. (1ª Ed. em inglês:1999).
- STRINGER, R., STAMOULIS, K., PINGALI, P. (2006). *Eradicating Extreme Poverty and Hunger: Towards a Coherent Policy Agenda*. Roma: Agricultural and Development Economics Division/FAO. Working Paper 06-01. Jan.
- VALENTE, Flávio Luiz Schieck (org.) (2002). *Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas*. S. Paulo: Cortez Editora, Brasil. 272 p.
- VIA CAMPESINA (1996). *Declaración de Tlaxcala de la Vía Campesina. Conferencia Internacional de la Vía Campesina*. Tlaxcala, México. 21 de Abril.
- VIA CAMPESINA (2003). *"Que significa Soberanía Alimentaria?"*. Desdobrável informativo da Via Campesina.

Outros Manuais do Programa de Formação Avançada já disponíveis:

Formações Temáticas

1. Manual de Segurança Alimentar e Nutricional

Formações Metodológicas

1. Manual de Candidaturas a Subvenções da União Europeia
2. Manual de Gestão do Ciclo de Projeto e Guião de Actividades Práticas
3. Manual de Métodos de Promoção da Aprendizagem para a Educação Não-Formal
4. Manual de Planificação Estratégica
5. Manual de Gestão de Subvenções da União Europeia
6. Manual de Animação Comunitária

Contactos úteis:

Unidade de Gestão do Programa

Coordenadora da UGP: Ana Teresa Forjaz

Rua 10, Dr. Severino Gomes de Pina (antigo Edifício Função Pública)

Blissau

Telemóvel: 00 245 662 30 19 / 547 33 23

Email: ugp.paane@gmail.com / aforjaz@imvf.org



Financiado pela
União Europeia

Esta publicação foi produzida com o apoio da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade do UE-PAANE – Programa de Apoio Aos Actores Não Estatais e não pode em caso algum ser tomada como expressão da posição da União Europeia.